

OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE PORTUGAL NO NOVO CONTEXTO MUNDIAL

Ernâni Lopes

Manuel Porto

João Salgueiro

Carlos Venâncio

Salgado Matos

Félix Ribeiro

Fernando Neves

Joaquim Aguiar

Adriano Moreira

Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia

Edições Culturais da Marinha

LISBOA

O Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE) foi criado pelo Despacho n.º 43/99 de 1 de Julho, na directa dependência do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, competindo-lhe promover e desenvolver estudos na área da Estratégia e do Poder Naval, quer a nível nacional quer a nível internacional. Compete-lhe ainda propor a publicação e divulgação de trabalhos sobre aquelas matérias. Para esse efeito, os trabalhos serão publicados nos *Cadernos Navais*, editados pela Comissão Cultural da Marinha.

TÍTULO

Opções Estratégicas de Portugal
no Novo Contexto Mundial

COLECÇÃO:

Cadernos Navais

NÚMERO/ANO:

14/Jul.-Set. 2005

EDIÇÃO:

Comissão Cultural da Marinha
Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia (GERE)

ISBN 972-8004-68-0

Depósito Legal n.º 183 119/02

Tiragem: 600 exemplares

EXECUÇÃO GRÁFICA:

ACMA – Artes Gráficas, Unip. Lda

No desempenho da sua finalidade, o Instituto Superior Naval de Guerra vem organizando anualmente um Ciclo de Conferências sobre um tema que interesse pela sua actualidade e que seja suficientemente abrangente para se poder inserir nos programas de todos os Cursos Navais que ministra.

Tem sido gratificante poder contar com a colaboração das mais qualificadas personalidades convidadas para abordar o tema proposto, nas suas múltiplas vertentes.

No ano de 2004, o Ciclo de Conferências tratou o tema *A Estratégia Naval Portuguesa* e as comunicações apresentadas foram publicadas no n.º 10 da colecção dos "Cadernos Navais".

No corrente ano de 2005, foi proposto o tema *Opções Estratégicas de Portugal no Novo Contexto Mundial* e a seguir se publicam os textos, ou os resumos, das diversas intervenções.

ÍNDICE

Afirmar Portugal: Questão Estratégica Fundamental	9
<i>Ernâni Lopes</i>	
Portugal: Cidadania e Sistema Político na Afirmação à Escala Global	19
<i>Manuel Porto</i>	
Bi-Multilateralidade do Relacionamento Português na Europa e no Resto do Mundo	25
<i>João Salgueiro</i>	
Legado Histórico das Relações Portugal-PALOP's-Brasil. Percepções Intelectuais	33
<i>José Carlos Venâncio</i>	
Desenvolvimento Português, Integração Europeia e Espaços da sua Convivência Histórica e Cultural	41
<i>Salgado Matos</i>	
A Fachada Atlântica na Projectção Ibérica, Europeia e Global	49
<i>Félix Ribeiro</i>	
A CPLP e as Dinâmicas Geopolíticas Regionais	59
<i>Fernando Neves</i>	
CPLP 2005 – Das Emoções ao Real	73
<i>Joaquim Aguiar</i>	
Portugal e os Atlânticos em Contexto de Integração Europeia	91
<i>Adriano Moreira</i>	

Trabalhos apresentados no Instituto Superior Naval de Guerra, no Ciclo de Conferências sob o tema "Opções Estratégicas de Portugal no Novo Contexto Mundial, realizado nos dias 11, 12 e 13 de Janeiro de 2005.

**AFIRMAR PORTUGAL:
QUESTÃO ESTRATÉGICA FUNDAMENTAL**

Ernâni Lopes

Prof. Doutor Ernâni Lopes

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa e Doutorado em Economia pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

É Director e Professor do Instituto de Estudos Europeus desta mesma Universidade.

É ainda Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Gestão Bancária e conferencista no IDN e nos três Institutos Superiores das FA.

De entre as inúmeras funções que desempenhou, destacam-se: Embaixador de Portugal em Bona (75-79); Embaixador, Chefe da Missão de Portugal junto das Comunidades Europeias, Bruxelas (79-83); e Ministro das Finanças e do Plano do IX Governos Constitucional (83-85). Foi, mais recentemente, Membro Efectivo da Convenção Europeia, a qual integrou em representação de Portugal.

Actualmente, o Prof. Doutor Ernâni Lopes é membro de órgãos sociais de várias empresas e instituições; e (desde 1962) Consultor Económico de várias empresas, instituições e Governos (com interregno no período em que exerceu cargos políticos).

O Prof. Doutor Ernâni Lopes prestou serviço militar na Marinha como Oficial da Reserva Naval (64-67) e é hoje um destacado membro da Associação dos Oficiais da Reserva Naval (AORN), a cuja Assembleia Geral Preside, desde 1996.

AFIRMAR PORTUGAL: QUESTÃO ESTRATÉGICA FUNDAMENTAL

A. INTRODUÇÃO

1) Duas limitações:

- Uma, objectiva: em 30 minutos, não é possível apresentar um trabalho completo e aprofundado sobre este tema, mas apenas enunciar um conjunto de tópicos fundamentais;
- Outra, subjectiva: não é possível ir além de uma tentativa de ensaio teórico.

2) Dois componentes básicos:

- O objecto, que constitui o tema da exposição, resulta e assenta na atenção permanente e explícita quanto à identidade e afirmação de Portugal;
- A metodologia, que consiste numa reflexão focada sobre a sistematização das questões.

3) Uma verificação:

Portugal contém no seu interior uma sobreidentificação que se traduz numa subafirmação, isto é, exprime a sobreidentificação sem termo médio e sensato, verificando-se uma autocrítica permanente, uma exacerbação de comportamentos entre euforias/auto-ilusões e depressões/pessimismos; e tudo expresso superficialmente sobre um substrato, não expresso, de resiliência e continuidade considerado muito sólido.

4) Uma sequência obrigatória:

O aprofundamento do estudo da geopolítica em Portugal.

B. A MATRIZ

A matriz tem a ver com as origens e com a razão de ser:

1) As origens:

Que retractam a evolução multissecular das estruturas políticas da Península Ibérica na e pós-Reconquista.

2) A razão de ser:

Ou seja, a vontade multissecular das elites e do Povo na preservação da independência de Portugal no contexto pós-Reconquista.

3) A Coroa e o Estado na construção e afirmação da Nação.

4) O papel das Ordens religiosas e militares, nomeadamente, do Templo/Cristo, Cister, Franciscanos e Jesuítas;

Os Descobrimentos e o Oceano são relevantes mas não se pode ficar por aqui, uma vez que temos uma vocação universal;

O Humanismo Universalista dos Portugueses;

Por fim, a vocação universal e a Lusofonia.

C. Os COMPONENTES

Os quatro componentes – espaço, tempo, coisas e homens – constituem uma grelha de leitura geral, fornecendo uma orientação para um percurso analítico, de maior ou menor grau de profundidade. Adicionalmente, servem como base de partida para a formulação de uma apreciação e avaliação sintéticas. Analisemos cada um deles.

1) O Espaço

O espaço, no caso português, está marcado pela relação entre a Terra e o Mar, e pela **saída para o Oceano** como factor identificador e diferenciador que, não sendo uma especificidade (pois outros também o fizeram), é um factor decisivo no contexto geopolítico da Península Ibérica. Por isso, moldou o arquétipo conceptual da identidade portuguesa.

2) O Tempo

Podem ser considerados dois critérios para a simples contagem do tempo de Portugal: 877 anos se considerarmos a Batalha de S. Mamede, em 1128; ou 826 anos se, alternativamente, considerarmos a *Bula Manifestis Probatum*, de 1179, altura em que o chefe de Estado foi reconhecido pelo papa (“As Nações Unidas” da época).

É de referir que a idade de uma pessoa com 61 anos, representa 7,5% da existência de Portugal, o que sugere uma acrescida responsabilidade de cidadania por parte de todos nós.

Por outro, o tempo que mais nos deve interessar é o futuro, sendo este o campo da estratégia.

3) As Coisas

As coisas correspondem às estruturas, existindo quatro processos:

- 1º -Um processo geral de **afirmação** e **desenvolvimento** das estruturas;
- 2º -Um processo económico de fundo;
- 3º -A evolução das tensões e aspirações sociais;
- 4º -A estruturação do poder político.

Existem, ainda, dois novos elementos a considerar, referentes ao 4º quartel do século XX:

- 1º - A adesão às comunidades europeias (CE´s) e o binómio integração/desenvolvimento;
- 2º - A realidade da pressão da globalização competitiva.

4) Os Homens

Neste último componente importa relevar o papel da classe política e dirigente. Neste âmbito podemos constatar duas lógicas permanentes da história da humanidade e, obviamente, também de Portugal:

- 1ª -A lógica do gozo;
- 2ª -A lógica do dever.

Uma sociedade assente na lógica do gozo não vai longe. Contudo, é segundo esta lógica que Portugal se tem orientado.

Temos que ter presente o peso do *marketing* e da tolerância na lógica do gozo: ter direitos sem obrigações é um contrasenso, como ter obrigações sem direitos.

Em suma, a busca de resposta assenta na consciência e na formação da cidadania; tudo o resto são sequelas.

D. A CONJUNTURA E OS CONDICIONANTES

O que são e para que servem?

As conjunturas existem, cada uma revestida da sua especificidade. Elas estão lá, não são o essencial da visão estratégica, mas contam para o futuro (para o bem e para o mal). Cada momento presta atenção à sua conjuntura concreta e não devemos cometer dois erros recorrentes:

1º - Só vermos a conjuntura;

2º - Esquecermo-nos dos condicionantes.

Neste contexto temos quatro grandes temas:

1º - A possibilidade de uma grande crise económica, social, política em Portugal, provavelmente a maior desde a 2ª Guerra Mundial. Uma questão se coloca: Qual a capacidade de reacção da sociedade portuguesa?

2º - As perplexidades e hesitações na construção europeia, que são fortes e que não devem ser uma preocupação “deles” mas sim de “nós”. A Europa pode ser caracterizada como:

- Velha em termos demográficos;
- Gorda, porque está instalada e a viver bem (o *welfare state*);
- Rica, em termos de *stock*;
- E impotente, uma vez que não consegue afirmar à escala internacional o seu poder (exemplo: Bósnia).

3º - A recomposição de forças no sistema económico e monetário e no sistema das relações internacionais. Neste âmbito, destacam-se quatro aspectos:

- A afirmação dos EUA como a única potência à escala mundial com Poder (Capacidade e Vontade). Do ponto de vista teórico, deve estudar-se se faz sentido uma estrutura unipolar das relações internacionais. Este vai ser o tema dominante do primeiro quartel deste século;
 - A ascensão da República Popular da China e da Índia em termos de poder, são fenómenos novos que criam nervosismo à economia europeia, como por exemplo na liberalização dos têxteis, embora não sejam novos em previsibilidade: esta liberalização já estava prevista há 8 anos. A ascensão da China não é uma surpresa, principalmente depois de ter entrado na Organização Mundial do Comércio (OMC);
 - A tentativa de reposicionamento da Rússia e do Brasil;
 - E a perda consistente da posição da Europa, não se vendo qualquer ponto de inflexão desta situação.
- 4º - A pressão da globalização competitiva que não depende dos Estados. Estes não a fazem nem a podem evitar e os menos preparados serão fortemente penalizados.

No essencial, importa identificar os factos, a cru, sem fantasias nem ilusões e efectuar a busca e a concretização de alternativas estratégicas.

E. A RESPOSTA ESTRATÉGICA

A resposta estratégica, que se pretende, não é possível ser reduzida exclusivamente à economia, sociedade e política; é, também, a cultura, a educação/formação, a tecnologia, o Estado e Instituições, as empresas, FA's, Igreja, etc. É, portanto, todo este conjunto articulado entre e dentro de si, num quadro compreensível e mobilizador, reflexo, sobretudo, de uma dupla **responsabilidade de cidadania e sentido de Estado**.

Na perspectiva económica, em Portugal, no 1º quartel do século XXI, podemos trabalhar em dois cenários base:

- O do definhamento, cenário expontâneo e que estamos actualmente a percorrer;
- O da afirmação, que implica um salto qualitativo no sentido de preencher o *gap* estratégico.

Dentro da conjuntura económica podemos identificar cinco domínios com potencial estratégico para Portugal. São eles:

- Turismo;
- Ambiente;
- Cidades e desenvolvimento;
- Serviços de valor acrescentado;
- *Hypercluster* da economia do mar.

Em torno destes cinco domínios coloca-se uma questão estratégica fundamental que deverá ser debatida: Seremos nós, portugueses, capazes de articular os quatro grandes temas da nossa vida como colectividade: Portugal, Europa, África e Brasil?

Se *sim*, temos um papel na Europa; se *não*, ficamos encurralados no canto sudoeste da Europa, sem papel.

F. REFLEXÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Não temos que nos deixar influenciar pelas circunstâncias actuais, pois nada está ganho e nada está perdido, em termos da nossa evolução estratégico-estrutural.

Tudo está nas nossas mãos e nas dos nossos descendentes, por uma razão: a História não conhece impasses.

Portugal não é efémero do tempo que passa; é o contínuo que resulta do passado, no presente e para o futuro, da vontade dos portugueses.

Importa compreender, avaliar e fazer progredir o quadro estrutural (tempo; espaço; as coisas; os homens) na sua realidade única, que é a do longo prazo. A perspectiva duradoura da história do futuro é feita em cada momento, com cada acção, e resulta, conceptualmente, das articulações entre dois binários: Teoria e História; e História e Prospectiva.

Existem duas questões fundamentais para Portugal: ***cidadania*** e ***liderança***.

Em Portugal, há uma leitura recorrente que tanto serve de desculpa como de esperança: possivelmente, é nos períodos de maiores dificuldades que geramos os movimentos colectivos de resposta e regeneração.

Vamos recusar que esta leitura recorrente nos sirva de desculpa!

**PORTUGAL:
CIDADANIA E SISTEMA POLÍTICO
NA AFIRMAÇÃO À ESCALA GLOBAL**

Manuel Porto

Prof. Doutor Manuel Lopes Porto

O Prof. Doutor Lopes Porto é licenciado em Direito e Doutor em Ciências Jurídico Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Possui, ainda, o M. Phil em Economia, pela Universidade de Oxford.

Director e Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, o Prof. Doutor Lopes Porto acumula também, entre outras, as funções de Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Presidente eleito do Conselho Nacional de Educação e Presidente eleito da European Community Studies Association (ACSA).

Dos cargos anteriormente desempenhados destacam-se o de Presidente do Conselho Nacional do Plano, entre 1986 e 1989 e o de Deputado ao Parlamento Europeu, entre 1989 e 1999.

A Economia e o Direito Económico são as suas principais áreas científicas de investigação, podendo referenciar-se, no entanto, como outras áreas científicas de interesse o Comércio Internacional, a Integração Europeia, o Direito Fiscal e a Economia Regional. Nestes domínios o Prof. Doutor Lopes Porto tem mais de uma centena de trabalhos publicados.

De referir ainda a sua participação nos trabalhos de relevantes *fora* mundiais como o Banco Mundial, a OCDE, o Conselho da Europa ou a Comissão Europeia.

Detém a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique e a Comenda do Rio Branco (Brasil).

PORTUGAL: CIDADANIA E SISTEMA POLÍTICO NA AFIRMAÇÃO À ESCALA GLOBAL

O Prof. Doutor Manuel Porto iniciou a sua apresentação lançando duas grandes questões:

- O que vai ser o século XXI, com a abertura crescente das economias,
- Como reagir,

concluindo com a apresentação das perspectivas mais favoráveis para Portugal, perante este cenário.

Relativamente à primeira questão, o que vai ser o século XXI, o Prof. Doutor Manuel Porto começou por efectuar o enquadramento do problema.

Actualmente os três grandes blocos económicos do mundo são a América do Norte, a Europa e o Japão, sendo todavia outros os espaços com maior população. Mas há uma clara emergência económica dos dois países mais populosos do mundo, a República Popular da China e a Índia, com mais de um terço da população, sendo de prever que serão por isso em breve grandes potências económicas; a par do Brasil, também com uma apreciável dimensão demográfica e um assinalável crescimento da economia.

O Prof. Doutor Manuel Porto prosseguiu a sua apresentação apontando as grandes linhas de solução para a segunda questão, como reagir, de forma a contrariar a 'ameaça' destes grandes espaços para países com menor significado populacional.

Apresentou para tal duas hipóteses de solução: uma reacção de isolamento ou a obtenção de escala em espaços 'regionais'.

Particularizando para o caso nacional, defendeu o máximo envolvimento de Portugal no processo de integração europeia, assumindo

as posições de maior responsabilidade, mesmo de liderança, sendo exemplos, a este propósito, a participação desde a primeira hora na moeda única europeia, com reforço do protagonismo nacional, a par naturalmente de todas as demais formas de participação (sendo de enorme significado a actual presidência da Comissão Europeia).

Prosseguiu dando uma ênfase especial à necessidade de enfrentar a concorrência com a exploração das vantagens competitivas dos sectores da economia nacional melhor posicionados.

Assim deverá acontecer no seio de uma União que deverá reforçar-se como:

- Espaço de crescimento e coesão
- Espaço de liberdade e segurança
- Espaço de afirmação na política mundial

Salientou o menor sucesso alcançado até agora a este último propósito; mas não pode esmorecer-se, face aos interesses e às responsabilidades da Europa.

No quadro das interdependências mundiais, não tem paralelo a grande auto-suficiência económica do bloco europeu, por exemplo com o comércio intra-bloco a representar mais de 2/3 do volume comercial total. Assim acontece ainda em maior medida no caso português, cujas trocas comerciais no interior do espaço europeu rondam os 80%, com realce para as exportações.

Não deve todavia deixar de seguir-se uma política de abertura da União Europeia e de Portugal em relação a terceiros países (v.g. dos outros continentes), no nosso interesse, sob pena de se comprometerem inevitavelmente sectores exportadores de grande relevo, e só assim se correspondendo às nossas responsabilidades históricas e actuais, face a espaços económicos mais desfavorecidos (como é, de um modo muito sensível, o caso da África), que não terão alternativa para a colocação dos seus produtos.

Relativamente à afirmação de Portugal à escala global, um factor favorável está na língua portuguesa, língua oficial em quatro continentes. O inglês é inquestionavelmente a língua universal, mas a generalidade das restantes línguas europeias são só línguas 'regionais', havendo apenas três delas, além

do inglês, com capacidade de expressão e vocação mundial: o espanhol, com cerca de 240 milhões de falantes, o português, com 200 milhões, e o francês, com cerca de 140 milhões. O espanhol tem grande expressão também nas Américas e o francês em países de África e no Canadá. Mas a favor do português joga ainda a circunstância de que quem fala a nossa língua compreende sem a necessidade de aprender o espanhol e o italiano (não se verificando todavia já a situação inversa), o que leva a que quem é lusófono entenda cerca de 500 milhões de pessoas no quadro mundial.

Uma segunda via de promoção de Portugal à escala mundial está nos intercâmbios cultural e científico, tendo o orador referido a título de exemplo o caso do direito, que se mantém, nos seus traços essenciais, em todos os territórios a que estivemos ligados, independentemente do seu estatuto actual.

Em terceiro lugar, o Prof. Manuel Porto não deixou de sublinhar os laços históricos, de amizade e mesmo fraternidade, agora renovados, que constituem um potencial enorme a explorar, promovendo a comunhão com todos esses territórios.

Quanto à questão do sistema político, o orador afirmou que cada vez mais reage à afirmação de que é o sistema político que tem que resolver tudo. O problema é especialmente delicado no domínio da educação, tendo Portugal os piores indicadores da OCDE em termos de pessoas que acedem ao ensino superior ou em termos de abandono e insucesso escolares (v.g. em disciplinas científicas, como a matemática), mas também o indicador mais elevado da OCDE no que respeita à despesa pública com a educação em relação ao PIB. Havendo falhas a colmatar, temos que ter bem a noção de que depende em muito de nós melhorar as coisas com os recursos de que dispomos, assumindo plenamente as nossas responsabilidades; em particular, não podendo sossegar as nossas consciências remetendo-as só para outros....

Temos que fazer tudo para que melhore o sistema político, como espaço de afirmação e cidadania. Mas a expressão máxima de cidadania estará na assumpção plena das nossas responsabilidades, numa linha, não só, de exigência de respeito dos direitos, como também do cumprimento dos deveres.

**BI-MULTILATERALIDADE
DO RELACIONAMENTO PORTUGUÊS
NA EUROPA E NO RESTO DO MUNDO**

João Salgueiro

Dr. João Salgueiro

O Dr. João Salgueiro iniciou a sua actividade profissional como economista do Banco de Fomento Nacional, entre 1959-1963, tendo desempenhando, desde então, um conjunto de importantes cargos, alguns dos quais de relevante natureza política e governamental.

Assim, foi sucessivamente Director do Planeamento, Secretário Técnico da Presidência do Conselho (65-69), Subsecretário de Estado do Planeamento (69-71), Presidente da Junta de Investigação Científica e Tecnológica (72-74), Vice-Governador do Banco de Portugal (74-75), Presidente do Instituto de Investimento Estrangeiro (1981), Ministro de Estado e das Finanças e do Plano do VIII Gov. Constitucional (SET81 – JUL83), Deputado e Presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República (93-95), Presidente do Conselho de Administração do Banco de Fomento Exterior (83-92), Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional Ultramarino (96-99) e Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos (96-99).

Actualmente, é Presidente da Associação Portuguesa de Bancos e Vice-Presidente do Conselho Económico e Social.

O Dr. João Salgueiro tem, igualmente, uma longa carreira na área do ensino, tendo exercido funções de docência em diversas universidades.

BI-MULTILATERALIDADE DO RELACIONAMENTO PORTUGUÊS NA EUROPA E NO RESTO DO MUNDO

A. INTRODUÇÃO

O tema por si só é difícil. Pretendo dar uma opinião pessoal sobre o assunto, reflectida numa lógica de médio prazo. Reconhece-se geralmente que o País está desorientado, existem maus indicadores económicos, descontrolo das finanças públicas, problemas estruturais graves que não foram resolvidos em tempo, balança de pagamentos desequilibrada, investimento de má qualidade, dispêndio elevado de recursos e crescente endividamento. Temos, de facto, indicadores que evidenciam situações insustentáveis, que nos obrigam a mudar de vida.

Sobre a situação actual e sobre o futuro, é mau que as discussões se travem entre o pessimismo e o optimismo. Não é positivo tomar decisões com base nestes estados de alma. Importa, sim, ser determinado, objectivo e querer vencer. Mas é também necessário que o povo português intervenha na construção do seu futuro. Os cidadãos são directamente responsáveis, até porque influem nas escolhas dos governantes e das políticas. Precisam de ter ideias mais claras sobre as ameaças e oportunidades existentes e avaliar as consequências de diferentes caminhos e alternativas. É necessário conhecer melhor e intervir mais.

Na definição das estratégias, Portugal encontra-se simultaneamente no tabuleiro mundial e no tabuleiro europeu. No entanto, não há que optar entre os dois, uma vez que os desafios são de facto mundiais e não se encontrará solução para os desafios europeus fora da lógica mundial.

Após 1989, com o fim da guerra-fria, aos três espaços geo-estratégicos de então, com as suas diferentes regras e instituições, sucedeu o único modelo da economia de mercado. A nível mundial, apenas a Coreia do

Norte se mantém com o sistema de economia planificada. Mesmo a China ou o Vietname e todos os países do terceiro mundo que mantinham sistemas de protecção, como a Índia, se têm vindo a aproximar das estruturas económicas de mercado.

A República Popular da China é hoje um dos países com a economia mais liberalizada. A situação do México exemplifica bem a dimensão das alterações em curso: apesar dos seus custos salariais reduzidos, perdeu, nos últimos 2 anos, 250.000 postos de trabalho, fruto da deslocalização de empresas para países da Ásia.

Com o fim das limitações comerciais, a China vai, muito provavelmente, invadir o mundo com as suas produções industriais. Possui três características fundamentais para um sucesso competitivo prolongado:

- A grande dimensão do seu mercado interno;
- A não limitação do desenvolvimento a sectores de mão-de-obra barata, sendo já o maior destino do investimento estrangeiro, nomeadamente em tecnologias avançadas;
- Reservas internas de mão-de-obra nas zonas rurais, que garantem por décadas a vantagem dos baixos salários.

Todas as nações industrializadas vão ser influenciadas por estas novas realidades, mas muito em particular a União Europeia. A Europa não tem tido recentemente um bom desempenho. A sua taxa de crescimento é baixa, inferior à dos E.U.A., da Ásia e mesmo da América Latina. Portugal, com a sua economia em desaceleração, em 2001 ficou à espera da retoma económica da U.E., pensando que o seu aproveitamento seria suficiente para ultrapassar a crise. Esta estratégia revelou-se infrutífera e errada face à situação da U.E.

A dependência energética e a valorização do Euro em relação ao Dólar são factores adicionais que agravam as dificuldades do modelo europeu. A desvalorização do Dólar repercute-se também nas outras moedas que lhe estão indexadas e assim a competitividade da Europa é atingida a nível mundial. A estratégia dos E.U.A. tem, na prática, transferido os custos do seu reajustamento para a Europa, através da relação cambial Dólar/Euro.

B. ESTRATÉGIA DELINEADA

A estratégia económica portuguesa tem que ser de afirmação externa, pela qualidade e com base na valorização de competências, em concorrência num espaço onde não existem fronteiras económicas à escala mundial. É errado ter como objectivo principal vencer os desafios europeus. Devemos, sim, situar-nos face à evolução global. A afirmação na U.E. vem por acréscimo.

A afirmação de Portugal implica:

- Mudar de atitude, com mais ambição e mais exigência;
- Eliminar os complexos da nossa pequenez - pequenos países, de bem menor dimensão que Portugal, têm-se desenvolvido com sucesso superior ao dos vizinhos de maior dimensão económica;
- Adoptar uma lógica de “benchmarking” - não devemos visar a aproximação às médias europeias, mas adoptar, desde já, as melhores práticas dos melhores concorrentes;
- Adoptar com determinação estratégias de médio prazo e fixar objectivos com clareza;
- Valorizar vantagens específicas e exportar com maior valor acrescentado.

C. LINHAS DE ACÇÃO A TOMAR

Existem já sectores de sucesso, como o caso das telecomunicações, do software ou da banca, que aferem os seus comportamentos pelo que há de melhor no mundo, desempenho que importa generalizar.

Assumir os sectores onde devemos investir, encorajar a criatividade no quotidiano e apostar em tecnologias de ponta. Apostar também na qualificação dos sectores tradicionais, mesmo dos têxteis e do calçado, que atravessam desafios de sobrevivência.

O turismo algarvio de sol e praia também não vai durar, perante a oferta do Brasil ou do Norte de África, que dispõem de melhor relação qualidade/preço. Impõe-se uma reorientação sustentável.

Não exportamos serviços de educação, existindo por isso o desaproveitamento de um mercado com 200 milhões de pessoas que falam português. Os serviços de saúde e financeiros são sectores onde podemos, igualmente, apostar na exportação. Mas até agora entendemos não lhes conferir prioridade.

Temos hoje bem menos dinamismo que os nossos vizinhos, como a Catalunha ou o País Basco e sobressai em regra um sentimento negativista, infundado e prejudicial que se impõe corrigir.

D. RELAÇÕES COM A EUROPA

A nossa actual relação com a Europa traduz um equívoco, pois continuamos a extrapolar as condições do sucesso anterior. Se no início a CEE representava um caminho de progresso com o acesso a fundos estruturais, modernização estrutural e adopção das regras dos países desenvolvidos da Europa Ocidental, agora, está cada vez mais a constituir um álibi para a nossa resignação e mediocridade.

Devemos recordar que:

- Aderimos à CEE e não à U.E., que reforça objectivos políticos generalistas, enquanto que a primeira valorizava o pragmatismo das soluções económicas. A passagem do Mercado Comum para a U.E. encoraja a uniformização das políticas e a promoção de campeões europeus, contribuindo para limitar a adopção de diferentes soluções nacionais ajustadas a diversas situações regionais.
- Com o Tratado Constitucional, avançando-se nas decisões por maioria, 4 ou 5 países têm agora a hipótese de orientar e decidir os destinos da U.E. em domínios mais alargados.
- As regras na Europa, onde não representamos mais de 2%, são fixadas pelos países dominantes. Na prática as opções não beneficiam todos por igual.

Um bom exemplo: No caso da pesca, perdemos para Espanha, que, no âmbito dos diferentes acordos, incrementou o seu peso relativo no

sector, enquanto que Portugal, como bom aluno e sem estratégia própria, desmantelou a grande parte da sua frota.

Para além das regras do espaço europeu, Portugal necessita de uma estratégia própria que promova a nossa afirmação, não ficando apenas dependente de soluções definidas pela Europa. Esta dependência, na prática um estatuto de protectorado, não pode ser do nosso interesse.

E. FACTORES DE MUDANÇA

Estamos perante uma exigência de mudança.

Diz-se que os políticos são maus e é facto que, em média, o seu desempenho tem sido fraco. Mas há um mercado político. Os nossos eleitores, em geral, compram facilidades e não apostam nas questões fundamentais. Em vez de sermos espectadores, temos que intervir mais, enfrentar desafios e delinear a melhor estratégia para os resolver, ou estaremos a hipotecar o futuro. Sem um sobressalto que desperte maior intervenção cívica, acentuar-se-á o definhamento.

De qualquer modo, existem agora dois factores incontornáveis e determinantes que provocam a mudança, independentemente da nossa vontade:

- A concorrência externa resultante da globalização e do alargamento, que conduzirá às deslocalizações e redução dos postos de trabalho não competitivos;
- A nova condicionalidade associada aos fundos estruturais e as previsíveis limitações do novo Quadro Comunitário de Apoio.

Vão ser necessárias mudanças corajosas. Alguns dos países da Europa, como o caso da Alemanha e da França, já se aperceberam desta obrigatoriedade, encetando acções de mudança nos regimes de reformas e fundos de pensões.

De um modo ou de outro, não podemos evitar as consequências dos desafios que alteram radicalmente o quadro das relações internacionais. É melhor que encontremos as respostas segundo as prioridades de uma agenda própria, evitando as rupturas resultantes da imposição de estratégias alheias.

**O LEGADO HISTÓRIO
DAS RELAÇÕES PORTUGAL-PALOP'S-BRASIL.
PERCEPÇÕES INTELECTUAIS**

José Carlos Venâncio

Prof. Doutor José Carlos Venâncio

O Prof. Doutor José Carlos Venâncio é licenciado em História pela Universidade de Lisboa, e Doutor em Ciências Sociais (Etnologia/ Sociologia/História) pela Universidade de Mogúncia (Mainz, ex-RFA), com equivalência - no ramo de Sociologia – pela Universidade da Beira Interior. Nesta Universidade possui agregação, naquela área, desde 1998.

Pró-Reitor da Universidade da Beira Interior, o Prof. José Carlos Venâncio é, também, Director do Centro de Estudos Sociais daquela Universidade, Professor Visitante do Instituto de Estudos Portugueses, da Universidade de Macau, Investigador do Centro de Estudos Africanos, da Universidade do Porto, Membro do Conselho Científico da revista “Africana Sudia. Revista Internacional de Estudos Africanos”, Membro do Conselho de Consultores da revista “Episteme”, da Universidade Técnica de Lisboa e Vice-Presidente da Mesa da Assembleia da Sociedade Angolana de Sociologia.

O Prof. Doutor José Carlos Venâncio é, ainda, Académico Correspondente Português da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Membro da Associação Portuguesa de Sociologia, e Sócio Efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa.

É autor e co-autor de vários livros e outras publicações.

LEGADO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES PORTUGAL-PALOP'S-BRASIL. PERCEPÇÕES INTELECTUAIS

O Professor Doutor José Carlos Venâncio iniciou a sua apresentação definindo que o legado colonial português é, entre os historiadores, geralmente dividido por três impérios: o primeiro é conotado com a hegemonia portuguesa no Oriente, no segundo o Brasil surge como o principal objectivo do empreendimento colonial e, no terceiro império, essa prioridade é transferida para África. O primeiro império, centrado no Oceano Índico e no comércio das especiarias, estendeu-se da viagem de Vasco da Gama a meados do século XVII, tomando-se a perda de Malaca, em 1641, como um marco de referência para o seu declínio ou fim. O segundo inicia-se por essa altura e termina por força da independência do Brasil, em 1822. O Oceano Atlântico foi, então, eleito como o seu espaço vital, por onde circulavam mercadorias brasileiras, como o açúcar, o ouro ou os diamantes, em direcção à Europa e também por onde eram levados os escravos de África que, no Brasil, deveriam trabalhar na produção desses bens. Por sua vez, estes permitiam aos agentes económicos brasileiros fundos de maneio para cobrir a importação de produtos manufacturados da Europa ¹.

O terceiro império é o africano. As atenções de Portugal para com as suas antigas possessões em África, até aí vistas sobretudo como pontos de estratégia logística, mudam e, nesse processo de mudança, acompanham

¹ De referir que os defensores da chamada teoria do sistema mundo, entre os quais Immanuel Wallerstein (1974; 1980), interpretam, na senda de Karl Marx, a relação colonial europeia, a que atribuem uma motivação capitalista, segundo a vigência de dois grandes períodos: o da economia-mundo europeia, com o Atlântico por palco, que se estende do século XVI a meados do século XIX, e o da economia mundial, que vai dessa altura até às independências dos países asiáticos e africanos. A divisão de trabalho europeia, partilhada primeiramente pelas sociedades envolvidas no comércio atlântico, e, depois de meados do século XIX, com a instituição de colónias como a de Singapura e de Hong Kong, também pelas sociedades asiáticas, é apontada como a característica fundamental na configuração de tais impérios. Cf. Igualmente Venâncio (1996a).

as outras potências coloniais europeias. A Conferência de Berlim (1884-85) marca decisivamente a viragem quanto ao interesse das potências europeias por este continente. Ela inicia o período que ficou conhecido na história como o da “corrida para África”. Significou esta a divisão do continente e o estabelecimento de colónias, cujas fronteiras se mantiveram, no essencial, após as respectivas independências nos anos 60 e 70 do século XX.

O que hoje se entende por lusofonia, que é, ou tem sido, pelo menos formalmente, uma determinante na política externa portuguesa, decorre da relação colonial. É o resultado de experiências sociais e de intercâmbios culturais que, não obstante a carga negativa da relação colonial, não deixaram de ter o seu lado positivo, a partir do qual foi, aliás, possível instituir o entendimento que hoje se verifica entre povos e países envolvidos por tal processo.

Este entendimento (é essa a tese que se procurará defender) é, em muito, devedor de um capital antropológico que emergiu, durante o segundo império, no espaço atlântico, quando, num propósito mais mercantilista do que capitalista, o comércio de escravos, de açúcar e de outros bens, pôde gerar bolsas de entendimento humano, passíveis de designação por sociedades crioulas, nem sempre – de resto – acompanhadas por um correlato linguístico, os idiomas crioulos. Fazem parte desta constelação geo-cultural, que, de certa maneira, funciona para a lusofonia como o seu núcleo duro, o nordeste brasileiro (Ribeiro 1995: 276 e segs.)², Cabo Verde (Ferreira 1985; Carreira 1971; Venâncio 1996b) e as cidades de Luanda e Benguela e respectivos *hinterlands* (António 1968; Venâncio 1996a).

Mais tarde, no início do século XX, com os movimentos modernistas no Brasil (em que incluímos o chamado Regionalismo Nordestino e os movimentos modernistas de São Paulo, Rio e Minas Gerais), em Cabo Verde (em redor da revista *Claridade*, publicada pela primeira vez em 1936) e em Angola [protagonizado pela “geração da *Mensagem*” e da *Cultura* (II)], assistimos à consciencialização das semelhanças acima referidas, num processo que tanto teve de aprofundamento das identidades locais, como de aproximação à matriz cultural portuguesa. Isto é, acreditando os seus promotores que, ao valorizarem o seu meio ambiente

² “Chamamos área cultural crioula – diz Darcy Ribeiro – à configuração histórico-cultural resultante da implantação da economia açucareira e de seus complementos e anexos na faixa litorânea do Nordeste brasileiro, que vai do Rio Grande do Norte à Bahia” (p. 276)

e o que tinham por aspectos genuínos da sua cultura, aprofundariam a identidade local, acabaram, na verdade, por revelar e relevar a herança portuguesa, que, enquanto tal, era comum a todos. Só assim se entendem, aliás, as seguintes palavras do escritor, poeta e ensaísta cabo-verdiano, Baltasar Lopes, um dos fundadores da revista *Claridade*:

“Há pouco mais de vinte anos, eu e um grupo reduzido de amigos começámos a pensar no nosso problema, isto é, no problema de Cabo Verde. (...) Ora aconteceu que por aquelas alturas nos caíram nas mãos (...) alguns livros que considerámos essenciais *pro domo nostra*. Na ficção, o José Lins do Rego do *Menino de engenho* e do *Banguê*, o Jorge Amado do *Jubiabá* e do *Mar morto* (...) E em poesia foi um ‘alumbramento’ a ‘Evocação do Recife’, de Manuel Bandeira” (Lopes 1956: 5).

Testemunho idêntico foi-nos legado por Mário António, poeta e ensaísta angolano, um dos nomes mais sonantes do modernismo em Angola, no seu poema “Canto de farra”:

“Quando li Jubiabá
Me cri António Balduíno.
Meu primo, que nunca o leu,
Ficou Zeca Camarão.
Eh, Zeca!”

Na constituição da constelação cultural em apreço, a experiência cabo-verdiana, já por si réplica de outras, como, por exemplo, a da Madeira, terá desempenhado funções matriciais em relação ao Brasil e a Angola. É isso, aliás, que um dos escritores mais representativos do modernismo cabo-verdiano, Manuel Lopes, recentemente falecido, releva em resposta a leituras apressadas sobre um hipotético seguidismo dos cabo-verdianos em relação à experiência histórica brasileira: (...) “nós outros em Cabo Verde, mal damos por isso, naturalmente. Nem a culpa seria dos cabo-verdianos se as afinidades fossem maiores. Seria antes daqueles que, outrora, ensaiaram em Cabo Verde a grande aventura social do Brasil”³.

³ In *Boletim Cabo Verde*, XI, nº 121, Out. 1959, p.8. Cit. De Gabriel Fernandes (2002: 100-101).

Os modernismos em Cabo Verde e Angola contribuíram, a par doutros movimentos culturais e políticos, tais como o pan-africanismo, a negritude e, menos significativamente, o movimento sindical ⁴, para a emergência do nacionalismo. De referir ainda que, no que respeita sobretudo a Cabo Verde, movimentos como o pan-africanismo e a negritude, dada a especificidade cultural e humana do arquipélago, acabaram por não ter o impacto que tiveram noutras partes da África continental, nomeadamente em Angola e Moçambique. Diferentemente de Cabo Verde, era passível de justificação, nestas colónias, a evocação do homem negro como reposição de um direito natural ultrajado, para, a partir de tal pressuposto, se desenhar o processo de autonomização cultural e identitária que haveria de legitimar as independências políticas. Neste aspecto, as forças vivas, os intelectuais dessas colónias, palmilharam um caminho anteriormente experimentado pelos outros países da África sub-sahariana.

Amílcar Cabral foi o rosto do movimento nacionalista na África lusófona. Teve notória influência junto dos restantes líderes nacionalistas de língua portuguesa, mormente junto dos que lideravam os movimentos de libertação filiados na CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas). Considerava que movimentos como o pan-africanismo e a negritude, comprometidos com o “renascimento negro”, estavam prisioneiros da sua própria retórica. O “retorno às fontes”, uma das bandeiras da negritude,

(...)“Não é nem pode ser em si mesmo – diz – um acto de luta contra a dominação estrangeira (colonialista e racista) e tão pouco significa necessariamente um retorno às tradições. Trata-se, pura e simplesmente, da negação, pela burguesia indígena, da pretensa superioridade da cultura da potência dominadora ”(...) (Cabral 1974: 133).

fundamentou esta e outras posições quanto à definição de estratégias

⁴ Se nas colónias francesas e inglesas o movimento sindical teve um papel determinante na emergência e consolidação do nacionalismo – lembremo-nos, para tanto, de Sékou-Touré (primeiro presidente da República da Guiné-Conacry) e Houphouët-Boigny (primeiro presidente da República da Costa do Marfim) –, no que respeita à África colonizada por Portugal, o movimento sindical acabou por ser pouco expressivo. Tal deveu-se ao regime ditatorial vigente na metrópole, onde o sindicalismo foi, aliás, igualmente inexpressivo.

políticas na teoria marxista. Pôde por esta pautar a luta de libertação nacional por princípios que estavam para além da cor da pele e da contingência rática. A exploração do homem pelo homem, um dos ícones ideológicos do marxismo, deixava, assim, para Cabral, de ter directamente a ver com questões ráticas, como uma leitura mais apressada do colonialismo podia induzir, mas sim com sistemas sócio-políticos que proporcionavam ou incentivavam tal exploração. Sendo o colonialismo português um desses sistemas, o seu combate não deveria ser dirigido ao povo português, mas sim ao regime político vigente que tanto explorava colonizados como colonizadores. Deveria ainda passar pela mobilização das “massas populares nativas” (designação sua) e de todos aqueles que, sendo doutros estratos sociais ou doutras raças, partilhassem dos desígnios históricos daquelas, (...) “a única entidade verdadeiramente capaz de preservar e criar a cultura, quer dizer *fazer história*” (Cabral 1974: 131).

Se o marxismo lhe proporcionou tal clarividência estratégica, por ela pôde igualmente Cabral legitimar o seu estatuto como líder nacionalista africano e, por extensão, o doutros nacionalistas não negros das antigas colónias portuguesas. No encalço desta mesma definição estratégica pôde ainda justificar a unidade política entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau, como constava do ideário político do partido que fundou e de que foi o principal líder: o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). O marxismo serviu-lhe, assim, num duplo propósito: o da clarificação dos objectivos da luta de libertação e o da legitimação enquanto nacionalista africano. A adopção do marxismo como doutrina e a sua condição de cabo-verdiano, com uma socialização inscrita na sociedade que havia proporcionado a emergência dos enunciados modernistas, constituem, deste modo, como que duas faces da mesma moeda. Desse duplo compromisso, teórico e ontológico, decorre o seu conceito de colonialismo que, diferentemente do de Frantz Fanon, não traduz a sobreposição de dois mundos distintos, o do colonizador e o do colonizado, mas sim a interacção entre eles, mesmo que esta aconteça numa relação de dominação. O desfecho de tal interacção seria a síntese, no que nada mais faz do que seguir a dialéctica hegeliana e o materialismo histórico de Marx.

Vemos, assim, que o pensamento político de Amílcar Cabral é, em termos ontológicos, uma decorrência, em última instância, do legado histórico de

entendimento ensaiado pelos portugueses durante o mercantilismo e apropriado, no século XX, pelos diferentes modernismos em apreço, fazendo-o, nalgumas circunstâncias, à revelia do capitalismo dominante.

Após esta breve exposição sobre a especificidade de alguns dos enunciados nacionalistas na África de língua portuguesa, mormente daqueles que são devidos a Amílcar Cabral, cabe perguntar de que modo tal experiência pode servir hoje a causa nacional e a causa da lusofonia. As respostas não serão muito animadoras. O bom aproveitamento de uma tal experiência depende, em muito, do sucesso ou fracasso da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) que, envolvendo cerca de 200 milhões de pessoas no mundo, carece de alguma viabilidade pelo lado económico. Não integra, pois, no seu seio nenhuma economia com desempenho central no sistema-mundo. Ainda assim, há um entendimento cultural que deve ser capitalizado e reforçado para que a CPLP seja uma realidade e uma alternativa para o espaço estratégico português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTÓNIO, Mário, 1968, *Luanda – « ilha » crioula*, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar
- CABRAL, Amílcar, 1974, "O papel da cultura na luta pela independência", in *GuinéBissau. Nação africana forjada na luta*, Lisboa: Publicações Nova Aurora: 127-139.
- CARREIRA, António, 2000, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, Praia: Instituto de Promoção Cultural
- FERNANDES, Gabriel, 2002, *A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*, Florianópolis: Editora da UFSC
- FERREIRA, Manuel, 1985 [1967], *A aventura crioula*, Lisboa: Plátano Editora
- LOPES, Baltasar, 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre* (Apontamentos lidos ao microfone da Rádio Barlavento), Praia: Imprensa Nacional
- RIBEIRO, Darcy, 1995, *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras
- VENÂNCIO, José Carlos, 1996a, *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica*, Lisboa: Estampa
- VENÂNCIO, José Carlos, 1996b, *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos*, Lisboa: Vega
- WALLERSTEIN, Immanuel, 1974, *the Modern World System I. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, Nova Iorque...: Academic Press
- WALLERSTEIN, Immanuel, 1980, *the World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*, Nova Iorque...: Academic Press.

**DESENVOLVIMENTO PORTUGUÊS,
INTEGRAÇÃO EUROPEIA E ESPAÇOS
DA SUA CONVIVÊNCIA HISTÓRICA E CULTURAL**

Salgado Matos

Dr. Salgado Matos

O Dr. Salgado Matos é politólogo e investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É, ainda, professor no curso de pós-graduação do Instituto de Estudos Políticos, da Universidade Católica Portuguesa.

Foi consultor do Ministro da Defesa Nacional, Dr. Castro Caldas, sendo, desde 2001, consultor do Presidente da República.

É autor e co-autor de várias obras sobre temas militares, entre elas "A Revolução num Regimento. A Polícia Militar em 1975", (Lisboa, 1977), "Intervenções militares na vida política", (Análise Social, 1981) e "As Forças Armadas em tempo de mudança. Uma sondagem à opinião pública em vésperas do século XXI", (Lisboa, 2001).

O seu último livro , "O Estado de Ordens", (Imprensa de Ciências Sociais, 2004), é uma análise teórica da organização política, da Grécia clássica ao fascismo contemporâneo e retoma temas da sua tese de doutoramento, consagrada às relações entre o Estado, as Forças Armadas e a Igreja, em Portugal, de 1910 a 1975.

Escreveu, ainda, o capítulo sobre organização militar, no século XX, da "Nova História Militar Portuguesa", dirigida pelo Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira e pelo TGEN Themudo Barata, editada pelo Círculo de Leitores (2004).

DESENVOLVIMENTO PORTUGUÊS, INTEGRAÇÃO EUROPEIA E ESPAÇOS DA SUA CONVIVÊNCIA HISTÓRICA E CULTURAL

A. INTRODUÇÃO

Portugal tem dado à União Europeia uma prioridade que é quase exclusividade. Com efeito, cerca de 80% do nosso comércio é feito com a Eurozona, o que, de um ponto de vista técnico, torna o país demasiado dependente da Europa. A França, por exemplo, exporta para os seus parceiros europeus uns dois terços do total das suas vendas ao exterior – o que, aliás, também é algo acima do recomendável.

Não só temos um comércio externo muito concentrado do ponto de vista geográfico como também somos uma economia muito aberta; isto é, o comércio externo é uma parte muito grande do que produzimos e consumimos. Por isso, sofreremos de uma excessiva exposição às dificuldades externas. Em caso de crise de comércio internacional, a factura será elevada.

Isto, porque Portugal deixou de ter as reservas estratégicas tradicionais: os territórios de além-mar e o atraso económico – atraso esse que atenuava o efeito negativo das crises capitalistas. A descolonização fez-nos mais livres e ricos mas tirou-nos algumas reservas estratégicas. O desenvolvimento económico trouxe-nos vantagens mas também nos trouxe fraquezas.

Somos uma economia aberta, pequena, sem reservas estratégicas e sem capacidade de, por si, projectar influência na economia mundial.

Tentaremos a seguir, de modo sumário, expor vulnerabilidades estratégicas decorrentes da nossa adesão à União Europeia e o modo de as compensarmos.

Em geral, temos uma perspectiva optimista sobre a União Europeia: é a zona mais rica do mundo, ou pelo menos a que desfruta de melhor protecção social, e, tendo nos últimos anos começado a interessar-se pela defesa, é e será uma das áreas mais seguras do mundo.

Se tudo correr assim, melhor. Somos membros da União Europeia e devemos continuar a ser. Beneficiaremos da cornucópia, sobretudo se – como também devemos – continuarmos a fazer parte do «núcleo duro».

Mas vale a pena prever o cenário negativo. Talvez seja mais provável. No Verão devemos prepararmo-nos para o mau tempo...

Não seremos os únicos a prever a crise europeia. Em meados de Janeiro de 2005, o «National Intelligence Council» da CIA divulgou um novo «*Mapping the Global Future*» prevendo, para daqui a quinze anos, que a União Europeia se tenha desintegrado e os Estados ex-membros sejam menos desenvolvidos do que o Brasil (http://www.cia.gov/nic/NIC_globaltrend2020.html).

Enunciemos alguns factores que dão verosimilhança a esta tese. A União Europeia foi instituída para assegurar a paz no centro da Europa, em particular entre a França e a Alemanha. O alargamento em curso provará se ela é capaz de ultrapassar aquela contingência nacional e vencer a vaga de desintegração social que tem vindo a crescer nos últimos anos.

Por outro lado, a União Europeia tem uma população declinante, uma organização de defesa embrionária e encontra-se rodeada de inimigos por todos os lados. Os países europeus gostam de considerar que defendem os direitos humanos e deram a independência às colónias mas os ex-colonizados vêem-nos como agressores derrotados. Os ex-colonizados são pouco menos do que o resto do mundo. Por isso, o resto do mundo acha que temos uma visão selectiva dos direitos do homem.

De outro ângulo, anotemos que a riqueza europeia não deixará de suscitar cobiças.

No imediato, anotemos que a economia da Eurozona cresce há mais de uma década abaixo do ritmo do mundo. É a grande zona económica que cresce mais devagar.

Como a União Europeia cresce pouco, não é a locomotiva da nossa economia. É um inconveniente de tomo.

Um outro inconveniente é sermos «a cabeça da Europa», como dizia Camões. Estamos longe do centro. Ora, de acordo com a teoria da integração económica, quem fica nos extremos, perde.

Inicialmente, com a entrada na União Europeia, estas desvantagens não se fizeram sentir, por um conjunto de razões, entre as quais avulta o mais rápido crescimento da União. Portugal ganhou com a adesão.

C. DIVERSIFICAR

Que direcção é aconselhada por esta situação?

Deveremos tentar incrementar a integração portuguesa dentro da União Europeia, mantendo a nossa presença nos núcleos duros políticos, militares, financeiros e industriais.

Para continuarmos a ganhar no campo da economia, precisamos de substituir o actual modelo de “copiar” tecnologia para fabricos ou serviços baseados em salários mais baixos. Temos que fabricar bens e vender serviços de alta tecnologia – e de tecnologia própria.

Esta atitude, porém, só indirectamente nos protegerá da eventual desintegração europeia – se proteger. A protecção só pode vir de conseguirmos conquistar uma posição mais forte na divisão mundial do trabalho.

O nosso reduzido número de grandes grupos económicos apresenta défices de internacionalização, com excepção dos sectores das telecomunicações e energia (e.g., Edp e Portugal Telecom no Brasil), estando mais vocacionados para os produtos não transaccionáveis (banca a retalho, auto-estradas e hospitais).

Anotemos que a Edp e a PT ainda não se libertaram da tutela estatal, o que talvez explique a sua ousadia estratégica; são empresas protegidas, autorizadas a cobrar tarifas proteccionistas no mercado português e também por isso não é certo que, a médio e longo prazo, permaneçam em mãos portuguesas. A internacionalização da PT é arriscada e por certo não teria tido lugar se não tivesse resultado de ordem do Governo.

Para diminuirmos aquele risco decorrente da desintegração europeia, há que estabelecer novos laços económicos nas áreas onde temos um passado histórico de relacionamentos.

Portugal encontra-se numa posição geográfica afastada das zonas económicas onde o crescimento é mais rápido, as da Ásia, não conseguindo aceder aos mercados em maior expansão.

Perante tais factos e tendências urge criar reservas estratégicas em zonas prioritárias, i.e., no sentido das direcções do comércio internacional, que possam fazer face a situações futuras críticas.

É também necessário reforçar a protecção no nosso espaço insular atendendo ao seu valor estratégico, além dos interesses cultural e económico.

Haverá possibilidade de diversificação?

Em termos de comércio internacional, a diversificação económica exige *massa + proximidade*. O comércio internacional é feito com os vizinhos. A geografia é a primeira protecção. Portugal e Espanha eram a excepção, por razões de vontade política portuguesa – e também por isso, o facto de, por via da União Europeia, vivermos em comércio livre com *nuestros hermanos* reforça a continentalização económica portuguesa.

Vizinhos de economia fraca, como os do norte de África, têm a proximidade mas não têm a massa. Por isso, por si só, não permitem diversificação.

Grandes massas económicas, se estiverem muito afastadas, não têm a proximidade – passe a tautologia. Por isso, não permitem diversificação. Nem, acrescentemos, facilitam a segurança de abastecimento.

Portugal deveria expandir-se para além da União Europeia, nos espaços históricos em que esteve envolvido, para se prevenir face à situação de eventual desintegração da União Europeia e de regresso do proteccionismo à Europa. Para este caso, uma boa solução alternativa seria o Brasil e a América Latina.

O Brasil em particular e o MERCOSUL em geral estão tão próximos que o comércio é possível e têm hoje uma massa suficiente para, em período de crise, nos apoiarmos neles e para beneficiarmos, em período de expansão.

O PIB do Brasil + Argentina (102 + 452,4 mil milhões de dólares, 2002) é quase cinco vezes maior do que o português e apenas um pouco menor do que o da Espanha (653); é cerca de um terço da França (1.431,30).

Há uns anos, as economias do Brasil e da Argentina eram comparativamente menores e estavam separadas uma da outra. Hoje cresceram e caminham para um mercado único. Aliás, a América Latina é 8% da economia mundial, pouco menos de metade da Eurozona (17%).

Por vezes emerge a velha ideia que Angola e Moçambique podem ser uma retaguarda económica. Não podem, pois são oito vezes mais pequenas do que a economia portuguesa.

Já o MERCOSUL é um mercado bastante promissor com taxas de crescimento superiores às da União Europeia.

Portugal deverá assumir um maior protagonismo como interlocutor nas relações MERCOSUL e UE, no sentido de incrementar acordos comerciais entre ambas as organizações.

Esta política também é boa para tempos de normalidades pois deve ser feita no quadro da União Europeia e nesse quadro mais interessará o Mercosul.

D. OUTROS DESTINOS DE DIVERSIFICAÇÃO

Devemos procurar desenvolver o nosso comércio com a Ásia, cuja economia é a que mais cresce no mundo. Não é uma fonte de plena diversificação mas ajuda.

Hoje o nosso comércio com a China é 0,5% do da União Europeia. A nossa população é cerca de 3% da da União e o nosso produto cerca de 2%. O nosso comércio externo é, por isso, seis vezes inferior em termos de população e quatro vezes inferior em termos de economia.

As taxas de crescimento económico de Portugal e da China são, respectivamente, cerca de 1% e de cerca de 7%, um diferencial estimulante.

Noutro plano, é incentivador o facto de a China revelar uma atitude de amizade por Portugal, como ficou demonstrado no processo da transferência da soberania de Macau.

Nada disto temos feito. Já começámos a ouvir queixas portuguesas pelo crescimento das exportações chinesas para Portugal mas devíamos queixarmo-nos de nós próprios: não exportamos mais para a China porque nem tentamos. Em vez do protecçãoismo – que só nos empobrecerá – devemos desenvolver as nossas exportações para a China.

Por outro lado, a intenção chinesa de investir em actividades económicas no nosso país é uma realidade.

Devemos também desenvolver as relações económicas com a Índia.

E. CONCLUSÕES REFLEXIVAS

Para minimizarmos o nosso risco económico como País devemos depender menos na União Europeia; para isso, Portugal deve:

- Apostar na produção de bens e serviços transaccionáveis que representem uma subida na divisão mundial do trabalho ao alcance dos portugueses;
- Projectar a sua imagem no mundo, através de empresas, meios de comunicação social, universidades, grupos empresariais – além da religião, do fado e do futebol;
- Reforçar, nomeadamente enquanto membro da União Europeia, as relações com o Brasil;
- Incentivar exportações para fora da União Europeia, concentrando os meios administrativos estatais (embaixadas, Instituto Camões) e da sociedade portuguesa (futebol, comunicação social) nos Estados extra-europeus com os quais temos relações tradicionais; se necessário, subsidiar a economia nesta direcção.

Em particular: apostar em novos mercados emergentes, com os quais temos relações tradicionais, como o chinês e o indiano.

**A FACHADA ATLÂNTICA
NA PROJECCÃO IBÉRICA, EUROPEIA E GLOBAL**

Félix Ribeiro

Dr. Félix Ribeiro

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económico-Financeiras, o Dr. Félixé Subdirector-Geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério das Finanças, cargo que exerce desde 1995, após ter sido Director de Serviço do mesmo Departamento, outrora integrando o Ministério do Planeamento. No âmbito das suas funções, é hoje responsável pelas áreas de Informação Internacional e Prospectiva e Coordenador da publicação semestral *"Informação Internacional – Análise Económica e Política"*.

O Dr. Félix Ribeiro foi, também, Técnico do Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial e do Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento e Técnico superior e assessor da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, tendo sido Chefe de Divisão de Estudos e Planeamento, onde assumiu responsabilidades pela coordenação da equipa que preparou e apoiou a negociação dos Programas Estruturais na área da Ciência e Tecnologia – os Programas CIÊNCIA, STRIDE e PRAXIS XXI.

De 1990 a 1995 colaborou regularmente com a Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional em áreas de economia internacional e prospectiva, incluindo a participação na equipa que elaborou a síntese anual da situação internacional integrada nas *"Grandes Opções do Plano"* e, também, a coordenação da equipa técnica que preparou o documento *"Opções Estratégicas"* para o período 1994/99, que enquadrou o Plano de Desenvolvimento Regional.

O Dr. Félix Ribeiro integrou ainda a equipa que coordenou a preparação dos documentos *"Diagnóstico Prospectivo"* e *"Visão Estratégica para vencer no Séc. XXI"* para o Plano Nacional do Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006.

A FACHADA ATLÂNTICA NA PROECÇÃO IBÉRICA, EUROPEIA E GLOBAL

INTRODUÇÃO

Gostaria de começar por explicitar qual o sentido que atribuí à expressão “A Fachada Atlântica na Projecção Ibérica, Europeia e Global” de Portugal. Considerarei a “Fachada Atlântica”, não como uma realidade geográfica, mas sim relacional, em termos internacionais. Como o conjunto de relações externas que permitem a Portugal participar no processo de integração europeia, reduzindo os riscos de subalternidade face a Espanha, em termos de funções geoeconómicas. Relações essas que encontram a sua base, quer numa posição geográfica atlântica, quer num relacionamento histórico pluricontinental.

O dispositivo geoeconómico que na última década tem permitido a Portugal algum espaço de diferenciação face a Espanha alicerçou-se (vd Figura I):

- Nas relações com a **Alemanha** – centradas no investimento directo estrangeiro realizado em Portugal pelas empresas alemãs e que foi o principal factor de modernização de uma “carteira de actividades”, que de outra forma teria caído mais rapidamente em obsolescência face à dinâmica da competição global.
- Nas relações com o **Brasil** – centradas no investimento português no Brasil, sobretudo realizado por grandes empresas dos sectores infraestruturais – Telecomunicações, Electricidade, Cimentos e Auto-estradas – e da distribuição; embora parte desse investimento tenha sido feito em parceria com as empresas de Espanha de muito maior dimensão e “músculo

financeiro”, como aconteceu com o maior de todos os investimentos realizados por Portugal – o da Portugal Telecom.

Seguidamente iremos analisar quais poderão ser os “dispositivos internacionais – geoeconómicos e geopolíticos” para o século XXI destes três “Actores” – ALEMANHA, BRASIL E ESPANHA – a fim de tentarmos definir algumas opções para o dispositivo geoeconómico de PORTUGAL. Para cada um dos actores distinguiram-se duas vertentes – as que designámos por “**dispositivo regional**” e “**dispositivo mundial**”.

FIGURA I

PRINCIPAIS PARCEIROS INTERNACIONAIS DE PORTUGAL NA ESFERA GEOECONÓMICA

1. ALEMANHA

A potência dominante na Europa é a Alemanha, a qual deverá privilegiar o seu relacionamento com a **Rússia**, com base no estreitamento das relações energéticas e com a **China** pelo dinamismo que o crescimento rápido da economia chinesa pode proporcionar às exportações alemãs de bens de equipamento, produtos intermédios e bens de consumo da gama alta, exportações reforçadas por uma onda de investimento directo por parte dos principais grupos multinacionais alemães do automóvel, material eléctrico e electrónico e da química. Mas as empresas alemãs necessitam, simultaneamente, de assegurar uma forte presença nos mercados dos **EUA** se quiserem manter-se como empresas globais e beneficiar do

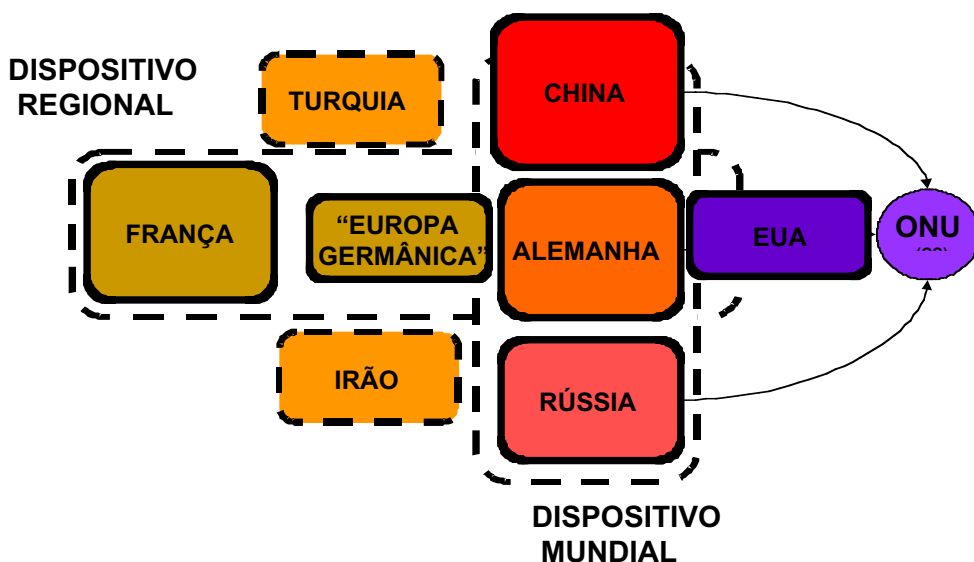
dinamismo do mercado onde se gera a maior parte das inovações tecnológicas do planeta.

O **dispositivo mundial** da Alemanha passa também pela Rússia, China e EUA para poder realizar uma das suas ambições principais – obter maior projecção internacional para si própria por via de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. E, numa escala menos intensa, passa pelo **Irão** e **Turquia** como possíveis parceiros no Médio Oriente e Golfo. Mas o reforço das relações com o Irão pressupõe o abandono por parte deste de quaisquer ambições de se transformar em potência nuclear, caminho que foi vedado à Alemanha no pós-2.ª guerra mundial.

O **dispositivo regional** passa pelo reforço da influência da “**Europa Germânica**” – Alemanha, Áustria, Hungria, Eslováquia e Eslovénia – na União Europeia, ao mesmo tempo que procura manter a **França** na obrigação de uma relação privilegiada com a Alemanha, se quiser manter em aberto a possibilidade da União Europeia se afirmar como um “contrapeso” aos EUA.

FIGURA II

DISPOSITIVO REGIONAL E MUNDIAL DA ALEMANHA PARA O SÉCULO XXI
– UMA HIPÓTESE



2. ESPANHA

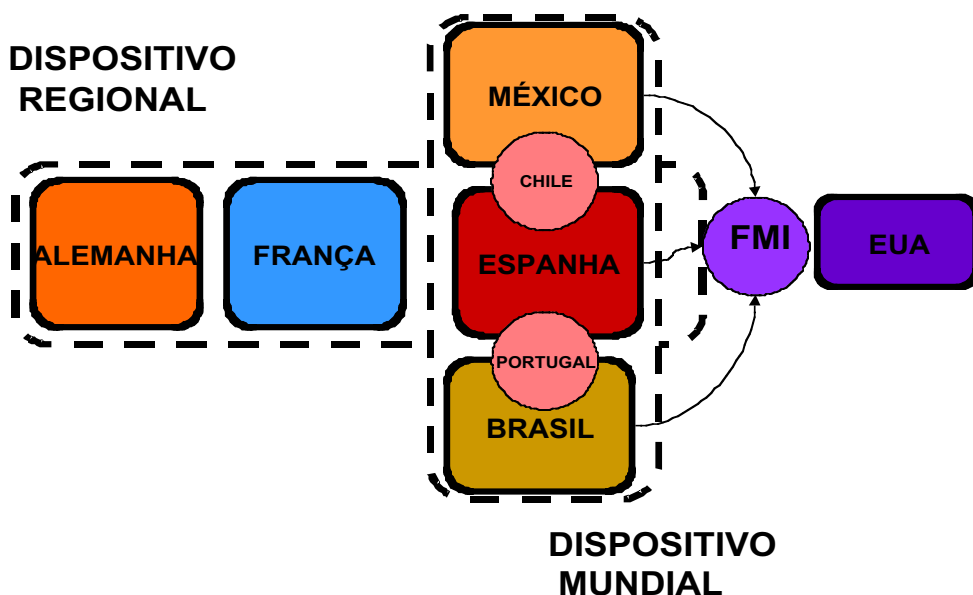
Ao nível do seu “dispositivo regional” e depois da inversão de trajectória imposta pela vitória do PSOE nas últimas eleições legislativas, os seus principais parceiros são as duas tradicionais “potências continentais” – a **Alemanha** e a **França** – pretendendo a Espanha substituir a Itália como principal parceiro destes dois países no Mediterrâneo.

Quanto ao seu “dispositivo mundial” o foco principal da Espanha é a América Latina, com especial destaque para dois países de grande dimensão e influência – o **Brasil** e o **México** – tendo a Espanha utilizado o **Chile** como base sólida para a fase inicial de penetração na região e, pontualmente, **Portugal** na sua expansão para o Brasil. Mas uma presença maciça na América latina exige, para salvaguarda de riscos financeiros futuros, um acordo com os EUA concretizado no FMI, o que a Espanha conseguiu ao colocar Dominguez Rato como Director Geral naquele fundo.

Por sua vez, crescimento demográfico e a maior influência política da comunidade hispânica nos EUA pode ser um trunfo que a Espanha poderá

FIGURA III

DISPOSITIVO REGIONAL E MUNDIAL DA ESPANHA PARA O SÉCULO XXI
– UMA HIPÓTESE



vir a utilizar, quer em termos geoeconómicos (vd expansão dos bancos espanhóis nos Estados do sul dos EUA) quer no seu futuro relacionamento com as Administrações norte – americanas.

A vulnerabilidade da posição dos territórios de Ceuta e Melilla é outro dos factores que aconselham a Espanha a manter uma relação de franca colaboração com os EUA, dada a influência norte americana em **Marrocos**.

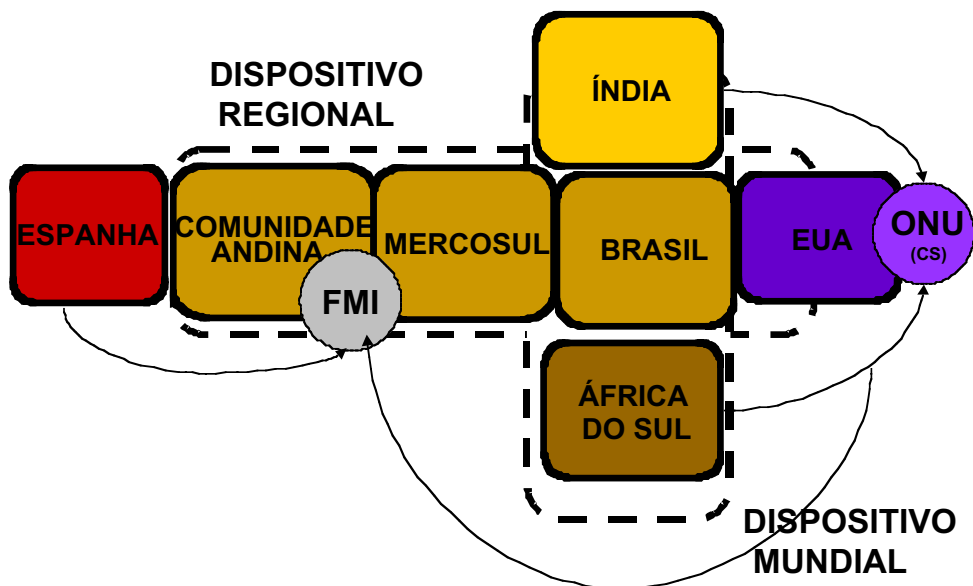
Ou seja, a Espanha terá tendência a alinhar com o polo na União Europeia que mais autonomia procura relativamente aos EUA, mas a sua expansão na América Latina e a vulnerabilidade da sua posição no Norte de África aconselham-na a manter um clima de colaboração com os EUA.

3. BRASIL, A POTÊNCIA DOMINANTE DO ESPAÇO LUSÓFONO

O “dispositivo regional” do Brasil estabelece-se através da liderança do **MERCOSUL** – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – e da aproximação crescente deste com Comunidade Andina, o que passará, tendencialmente, por uma cada vez maior colaboração entre o Brasil e a **Venezuela**.

FIGURA IV

DISPOSITIVO REGIONAL E MUNDIAL DO BRASIL PARA O SÉCULO XXI
– UMA HIPÓTESE



As ambições brasileiras na América latina aconselham o Brasil a reforçar os laços políticos com a **Espanha**, sobretudo enquanto esta tiver uma posição privilegiada na direcção do FMI.

O “dispositivo mundial” do Brasil, com a Administração do Presidente Lula da Silva, dá ênfase à parceria estratégica com a **Índia** e a **África do Sul**, três países que com a China formaram uma “aliança” para influir nas negociações comerciais mundiais.

Note-se que Brasil, Índia e África do Sul decidiram entreajudar-se na sua ambição partilhada de ascender ao estatuto de membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas, para concretizar esta ambição, não pode o Brasil hostilizar frontalmente os EUA, embora tenha que procurar o máximo de apoio junto dos países árabes, africanos e asiáticos.

Desta análise não sobressai um interesse estratégico particular do Brasil por Portugal, até porque quem aparece como potência dominante do Espaço Lusófono, é à partida o próprio Brasil.

4. A “FACHADA ATLÂNTICA” – RELACIONAMENTOS DE PORTUGAL NO SÉCULO XXI

Após esta breve avaliação dos dispositivos regionais e mundiais de três países centrais no posicionamento internacional actual de Portugal – ALEMANHA, ESPANHA E BRASIL, avançam-se as seguintes hipóteses de relacionamentos privilegiados para Portugal nas primeiras décadas do séc. XXI, relacionamentos que consubstanciariam o conceito de “fachada atlântica” que apresentámos no início:

1. Reforçar o relacionamento com os EUA, como condição de relevância no relacionamento com o espaço europeu e lusófono;
2. Manter o relacionamento europeu privilegiado com a Alemanha, completando-o com uma cada vez maior aproximação à Holanda – país chave na interacção entre os “espaços” europeu continental” e “ anglo-saxónico”;
3. Privilegiar, na Ásia, as relações com a Índia, país aberto a uma estreita colaboração com os EUA e forte investidor internacional no futuro;

FIGURA V

PORTUGAL - A "FACHADA ATLÂNTICA" PARA O SÉCULO XXI - (I)

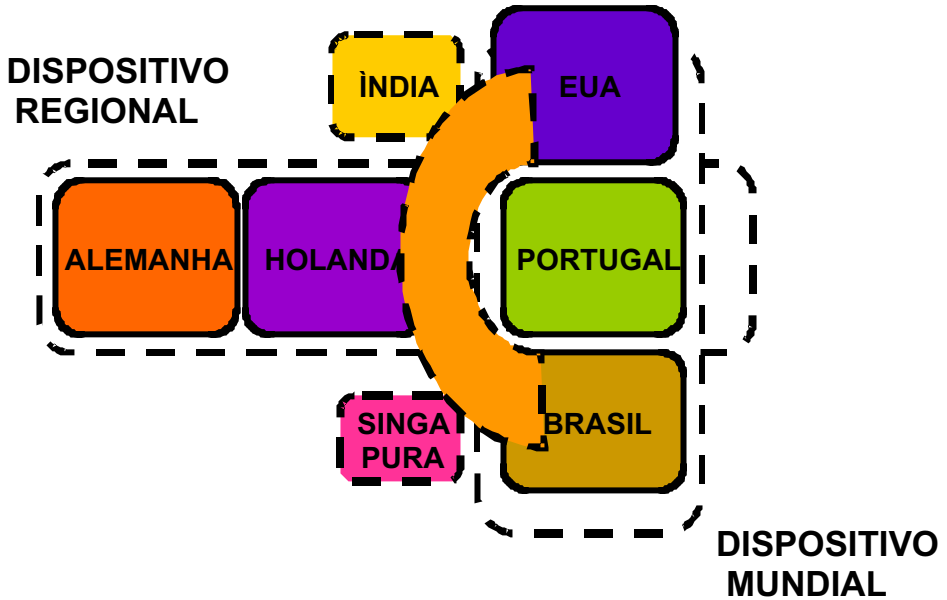


FIGURA VI

PORTUGAL - A "FACHADA ATLÂNTICA" PARA O SÉCULO XXI - (II)

4. No “espaço chinês”, dar maior relevo às relações com Singapura – placa giratória deste espaço – em comparação com as relações directas com a República Popular da China, dada a potencial instabilidade política que esta poderá atravessar num futuro não muito longínquo;
5. Na África, privilegiar a África Ocidental, nomeadamente na respectiva bacia energética, na qual os EUA estão fortemente interessados, mas sem fazer de Angola o principal “*pivot*” da actuação de Portugal nessa bacia.

**A CPLP
E AS DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS REGIONAIS**

Fernando Neves

Prof. Doutor Fernando Santos Neves

O Prof. Doutor Fernando Neves é licenciado em Filosofia e em Teologia pela Universidade Gregoriana de Roma. Tem o Curso de Sociologia Africana – pela “École des Hautes Études en Sciences Sociales, e o Curso do IRFED Instituto Internacional para o Desenvolvimento.

É, ainda, doutorado em Ciências Sociais Aplicadas e Pensamento Contemporâneo pela Universidade Nova de Lisboa e em Filosofia pela Universidade de Salamanca.

Cofundador e Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, o Prof. Doutor Santos Neves é, também, fundador e Presidente da SALP – Sociedade Africanológica de Língua Portuguesa, fundador e Director da ACSEL – Associação dos Cientistas Sociais do Espaço Lusófono, fundador e Reitor da “Universidade Lusófona de Verão”, fundador e Director Literário-Científico das “Edições Universitárias Lusófonas”, fundador e Director da “Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias” e da “RESPUBLICA”, revista lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais”, Director da Unidade de Estudos de Investigação “Ciência, Tecnologia e Sociedade” e estruturador nas Universidades Portuguesas da área científica e da cadeira curricular de “Introdução ao Pensamento Contemporâneo”.

O Prof. Doutor Santos Neves é autor e co-autor de inúmeras obras e publicações.

A CPLP E AS DINÂMICAS GEOPOLÍTICAS REGIONAIS

Já que o próprio título desta comunicação remete, de algum modo, para o meu opúsculo intitulado *"Para uma Crítica da Razão Lusófona: Onze Teses sobre a CPLP e a Lusofonia"* (Edições Universitárias Lusófonas, 2ª ed., 2002), será também com uma tese (disse **uma**, **não onze**, tranquilizem-se!) que avançarei para a temática que me propus desenvolver. E essa "tese", que precisará de ser demonstrada, estará (como deve!) aberta não só a todas as "pro-teses" e "para-teses", mas também e até mais interessantemente, a todas as "anti-teses", em ordem àquela "Síntese" final, que, no verso de um dos poetas da Lusofonia por excelência, é bom que nunca deixe de ser *"o porto sempre por achar!"* (Fernando Pessoa, *Mensagem*).

Essa "Tese", paradoxal e conscientemente provocatória e longa, é a seguinte:

Mais que projecto ou "questão cultural" e até "linguístico-literária", a Lusofonia é, obviamente, um importante projecto ou uma importante "questão de Língua" e, embora talvez menos obviamente, é também e até sobretudo um importantíssimo projecto ou uma importantíssima "questão de estratégia geopolítica" com inevitáveis incidências económico-sociais, culturais e linguísticas. O que também é válido para a C.P.L.P., que deveria adoptar o nome menos restritivo de "Comunidade Lusófona". Acrescentando de imediato que a C.P.L.P. é designada e paradoxalmente Portugal e Brasil ainda estão para descobrir efectivamente este caminho da sua realização e da sua reafirmação no globalizado mundo do século XXI.

Quod erit demonstrandum...

1. Pressuposto heterodoxo da afirmação de que “a Lusofonia não é prioritariamente um projecto ou uma questão cultural e nem sequer um projecto ou um questão linguístico-literária”, é a contestação da “certeza”, da “evidência” e do “axioma” (tudo entre aspas) de que “a Língua é, exclusiva e inultrapassavelmente, a expressão da Cultura de um Povo!”... E uma primeira consequência da contestação de tal “certeza”, “evidência” e “axioma” foi, para mim, a não aceitação daquilo que, há uns anos atrás, para todos, constituía um “dado adquirido” (e que ainda hoje, por vezes, se ouve, mas penso e espero que já só por inércia!), a saber, a existência de “povos e literaturas africanas de expressão portuguesa”, que eu fui paulatinamente ajudando a mudar para “povos e literaturas africanas de língua portuguesa”.

Ou seja, a língua, de “expressão cultural de um povo” (no caso, o Povo Português), que inegavelmente também é, começou a ser vista também como o possível instrumento de comunicação de vários povos e de várias culturas e de várias literaturas, etc. e utilizável para a obtenção dos mais variados objectivos, como, por exemplo, a unificação de um País, a construção de um Estado, a afirmação de um Espaço (na circunstância, o “Espaço Lusófono”), etc. E quem, hoje, ousaria falar de “Países Africanos (ou de País Sul-Americano...) de Cultura ou de Literatura Portuguesas”, em vez de “Países Africanos” (ou de País Sul-Americano...) de Língua Portuguesa”? Ou será que ainda existem últimos abencerragens a pensarem e a desejarem que e a comportarem-se como se a Lusofonia não fosse e não devesse ser mais do que a continuação da “*dilatação da Fé e do Império*” nos tempos de hoje ou seja, nas palavras de Michel Cohen, a “*dilatação da Lusitanidade*”?

Acrescentarei que esta visão “mera e nobremente” instrumental (“super-cultural” ou “super-linguístico-literária”) da Língua Portuguesa me foi pela primeira vez inspirada pelo grande Mestre Manuel Ferreira, não obstante os títulos historicamente situados das suas mais que todas pioneiras e fundamentais obras de “*Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*”!

Toda uma outra coisa seria afirmar que a Lusofonia deveria constituir um dinâmico e permanente diálogo de inter-culturalidades lusófonas e

que o futuro de todos (digo todos!) os Países e Povos Lusófonos (o seu futuro de influência no concerto ou desconcerto das Nações, e também o seu futuro de desenvolvimento e de democracia) passa pela “Lusofonia integral e crítica”, de que falaremos adiante. E isto é válido para Portugal (que só poderá ser plenamente e interessantemente Europeu enquanto Lusófono, embora também só possa ser plenamente e interessantemente Lusófono enquanto Europeu), para o Brasil (que só poderá ser plenamente e interessantemente “Mercosulista” e até “Alcaista” e nação liderante do novo grupo de nações emergentes enquanto Lusófono, embora também só possa ser plenamente e interessantemente Lusófono enquanto “Mercosulista”, etc.), para Angola (que só poderá ser plenamente e interessantemente Africana enquanto Lusófona, embora também só possa ser plenamente e interessantemente Lusófona enquanto Africana), o mesmo devendo dizer-se, *mutatis mutandis*, relativamente a todos os demais Países e Povos Lusófonos (Galiza incluída, que só poderá tornar-se plenamente e interessantemente Ibérica e Europeia enquanto Lusófona, embora também só possa tornar-se plenamente e interessantemente Lusófona enquanto Ibérica e Europeia).

De maneira mais global, até quando, no âmbito de todos os Países Lusófonos e respectivas estruturas governamentais, tudo o que releva da “Lusofonia” continuará a relevar do “Ministério dos Negócios Estrangeiros” ou das “Relações Exteriores”? E não faria até sentido um autónomo e lúcido “Ministério da Cooperação-Inter-Lusófona” que ponha em prática a nossa “Tese sobre a Lusofonia e a CPLP”?

2. Como **“projecto ou questão de Língua”** (o que é algo diverso da “questão propriamente linguística e literária), a Lusofonia tem de ser encarada, antes de mais, como a justa avaliação e a consequente valorização da “Língua Portuguesa” no mundo contemporâneo. Foi, aliás, neste sentido que, em *“Carta Aberta ao Presidente Lula”* (que além de publicada em vários sítios, fiz questão de entregar em mão no Palácio do Planalto), me permiti chamar a atenção para o facto de o Espaço Lusófono utilizar uma mesma língua, *“a qual, muito mais que a «Última flôr do Lácio, inculta e*

bela», segundo os famosos versos de Olavo Bilac, é hoje, objectivamente e segundo a não menos famosa análise e profecia de Fernando Pessoa, «uma das poucas línguas potencialmente universais do século XXI» (enquanto língua falada em todos os Continentes e com um grande País, o Brasil, seu falante), podendo tornar-se um instrumento inigualável de comunicação e de desenvolvimento entre os homens”.

A propósito do que designei “*justa avaliação e consequente valorização da Língua Portuguesa no mundo contemporâneo*”, tais avaliação e valorização devem começar na cabeça dos próprios Lusófonos, Cidadãos e Estados, superando complexos de inferioridade não realistas e identificando os verdadeiros problemas e tarefas de uma política efectiva da Língua Portuguesa. Darei, a granel e sem nenhuma ordem hierárquica, alguns exemplos, principiando com o exemplo da “Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias”. De início, eu mesmo alertava recorrentemente, para evitar mal-entendidos desvirtuadores: “*A Universidade Lusófona não é uma Universidade da Língua Portuguesa, mas sim uma Universidade de Língua Portuguesa...*, porque se encontra num Espaço onde se fala o Português e não o Chinês, o Russo, o Catalão, etc”. Progressivamente, sem cair no patrioteirismo que até na célebre frase de Fernando Pessoa “*A minha Pátria é a Língua Portuguesa*” se pode infiltrar, fui adquirindo uma dimensão mais objectiva, e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, sem deixar de ser, essencialmente, uma Universidade **de** Língua Portuguesa, não teve pejo em tornar-se também, no contexto de uma séria “*Crítica da Razão Lusófona*”, uma Universidade **da** Língua Portuguesa, e isto sem cair em nenhuma espécie de vetero ou neocolonialismo, de vetero ou neoprovincianismo ou de vetero ou neopatrioteirismo. Pela mesma ordem de razões, também a C.P.L.P. e a “Comunidade Lusófona, além de uma Comunidade de Língua Portuguesa, deverão tornar-se igualmente uma Comunidade **Da** Língua Portuguesa, a qual, desculpe-se a capital insistência, uma vez findos os tempos do colonialismo e na dinâmica da pertinente “*crítica da razão lusófona*”, pode deixar de ser um instrumento de dominação para se tornar um instrumento único e insubstituível de afirmação e de cooperação inter-lusófona e internacional.

Assim entendida, a Língua Portuguesa poderá e deverá tornar-se uma das grandes (e certamente a mais característica das) riquezas de

todos os Países e Povos Lusófonos e todo o investimento na sua cultura e difusão deveria aparecer como o investimento mais inteligente e mais rentável. Por exemplo, o mínimo de inteligência (também económica e geostratégica) que a C.P.L.P., designadamente Portugal e Brasil, poderiam e deveriam mostrar era assegurar a existência de Professores da Língua Portuguesa em todos os Espaços do Espaço Lusófono e no máximo possível de Espaços do Mundo Contemporâneo; por exemplo, o mínimo de inteligência (também económica e geostratégica) que a C.P.L.P., designadamente Portugal e Brasil, poderia e deveria mostrar, ultrapassando os ridículos preciosismos e provincianismos das guerras do alecrim e da manjerona das “Academias” e dos “Intelectuais” de ambas as praças (Portuguesa e Brasileira), era assegurar o cumprimento de um **“acordo ortográfico lusófono”** (o já proposto ou outro, mas que seja!), prova dos nove e condição *sine qua non* de qualquer “Lusofonia da Língua”, tanto no âmbito dos espaços lusófonos como fora deles (ainda há pouco publiquei um artigo desafiantemente intitulado *“Do «Acordo Ortográfico» e a «Língua Portuguesa» como questões de «Estratégia Geopolítica da Lusofonia»*”, (Semanário, 15/10/04); por exemplo, o mínimo de inteligência (também económica e geostratégica) que a C.P.L.P., designadamente Portugal e Brasil, poderiam e deveriam mostrar era assegurar, sem excepção alguma, a utilização da Língua Portuguesa em todos os lugares e encontros internacionais e não permitir, sob nenhum pretexto, que uma das línguas mais faladas do mundo seja constantemente reduzida ao lugar e papel de uma língua insignificante ou inexistente (o que até se verifica nos cartões de Natal da UNICEF ou nos guias turísticos dos grandes museus e grandes eventos universais!). E quando é que a C.P.L.P., designadamente Portugal e Brasil, darão um mínimo de vida e actividade ao (já defunto ou nunca vivo) “*Instituto Internacional de Língua Portuguesa*” e outras Instituições do género (por exemplo, para quando a criação de uma moderna “*Academia Lusófona da Língua Portuguesa*”, de que o “Dicionário Houaiss” até poderia constituir um encorajante símbolo)? E bastaria dar exemplos grosseiramente caricatos como o seguinte: na cerimónia em que o então considerado melhor futebolista do mundo (Ronaldo, lusófono) recebeu do Presidente da FIFA (J. Havelange, lusófono), sob os olhares do considerado melhor futebolista de sempre (Pelé, lusófono), o respectivo prémio, alguém ouviu uma palavra

em Português? E que dizer quando, entrevistado em Paris, o luso futebolista Figo, ou, em conferência de imprensa no Porto, o luso treinador Carlos Queiroz tentaram exprimir-se em Espanhol, embora não ultrapassassem as fronteiras do..."Espanholês"? E como entender que o Brasil permita que os *media* internacionais (e até nacionais!) digam e escrevam "*Mercosur*" e não "*Mercosul*", embora seja o Brasil o membro incontornavelmente hegemónico de tal organização? E será que, a nível da América do Sul, as potencialidades estratégicas do "Português-Brasileiro" (que, além do resto, cumpre os citados requisitos que Fernando Pessoa exigia para que uma língua possa tornar-se uma "Língua Universal": ser falada em todas as partes do mundo e... ser a língua de um "grande País"...) não conseguirão, num futuro mais ou menos breve, impor-se e sobrepor-se a todos os "Portunhóis" e "Espanholeses"? A resposta negativa marcaria o momento da certidão de óbito e do "Adiós" à Lusofonia e ao "Brasil, País do Futuro".

No recomeço das suas actividades, a partir das instalações cedidas pela Universidade Lusófona, o "**Ciberdúvidas**" (que mais uma vez saúdo e a que mais uma vez auguro os maiores êxitos) publicou um emblemático texto de José Saramago, emblematicamente intitulado: "*Uma Língua que não se defende, morre*" (<http://ciberduvidas.sapo.pt/antologia/index.html>). "*Intelligenti pauca!*" ou seja, "a bom entendedor..." Quem não se respeita a si próprio não merece o respeito de quem quer que seja!

3. É enquanto "**projecto de Estratégia Geopolítica**" que a Lusofonia tem a sua primordial razão de ser, para realização própria de todos os Países e Povos Lusófonos e como contributo para a realização do "Fenómeno Humano" universal ou, em linguagem menos Teilhardiana e mais objectiva, para a realização equilibrada do globalizado mundo contemporâneo.

Para a descoberta e a prática sadias e descomplexadas desta vertente geoestratégica ou geopolítica da Lusofonia, que dá sentido e conteúdo a todas as outras, essencial é o recurso permanente a uma "**Crítica da Razão Lusófona**", a qual, à semelhança do que o filósofo Kant pretendeu fazer tanto para a "Razão Pura" como para a "Razão Prática", estabeleça as condições de legitimidade, de possibilidade, de necessidade e de urgência

da construção da Lusofonia, que, também Kantianamente, poderiam intitular-se de **"Prolegónemos a toda a Lusofonia Futura"**. Aqui e agora, e sem prejuízo da importância de todos os demais Países e Povos Lusófonos e sem deixar de referir, por exemplo, a incompreensivelmente auto-e hetero-esquecida Galiza (de algum modo a origem e a mãe de toda a Lusofonia) e todas as diásporas antigas e modernas (desde Goa, Macau e Taprobana até às Comunidades emigrantes, agora não só nem sobretudo portuguesas), limitar-me-ei a alguns comentários breves sobre os casos de Portugal e do Brasil, por razões de tempo e de lugar e também porque da parafernália da retórica luso-brasileira fazem parte esses dois indestrutíveis mitos que dão pelo nome do *"passado glorioso de Portugal"* e do não menos *"glorioso futuro do Brasil"* e porque, sem menosprezo de todo o lugar e papel dos outros Países e Povos Lusófonos, Portugal e Brasil têm de ser, nas presentes condições, os primeiros grandes motores da Lusofonia e serão os grandes responsáveis históricos do seu possível êxito e do seu não impossível fracasso (desgraçadamente, as actuais classes dirigentes tanto de Portugal como do Brasil parecem longe de estar ao nível deste desafio histórico).

Relativamente a Portugal e para além de um "imperial-saudosismo" ou de um "colonial-complexismo" que relevam mais da psicanálise que de qualquer análise económica ou política ou geoestratégica), há que ressaltar o nauseabundo provincianismo a que desde há tempos venho chamando a *"doença infantil do europeísmo"* ou a *"concepção novorriquista, pacóvia, discipular e Schengeniana da integração europeia de Portugal"*, como se, por ser e para ser Europeu, Portugal devesse deixar de ser luso e lusófono e como se até não fosse a "Lusofonia" o grande e específico peso de Portugal *"na balança da Europa e do Mundo"*. Com esta *"doença infantil do Europeísmo"* ou esta *"concepção novorriquista, pacóvia, discipular e Schengeniana da integração europeia de Portugal"* é perfeitamente compatível a *"visão americano-atlantista"* da Política Externa Portuguesa, cuja "cegueira lusófona" tem sido à prova de todas as mudanças dos respectivos responsáveis e parece verdadeiramente configurar um triste "desígnio nacional"... A aclamada *"dimensão marítima de Portugal"* e o aclamado *"regresso de Portugal ao mar"* (e mesmo a badalada caracterização de *"Portugal, País Atlântico da Europa"*) tanto podem indicar

uma grande e insubstituível via de progresso do “Portugal Europeu” (é de Virgílio de Carvalho a feliz expressão “*Descoberta do Caminho Marítimo de Portugal para a Europa!*”) nos seus variados aspectos (até geográficos: bastará pensar na grandeza territorial do País, se incluir a sua zona marítima exclusiva!) como uma falácia a que ultimamente recorreram os “*Inimigos da Europa*” e os “*Amigos da América*” com um “(Trans) Atlantismo” que tresanda a “NATO”, a “*Guerra Fria*”, a luta contra a “*velha Europa*”, a “*invasão Iraquiana*”, etc. Que, em todo o caso, nunca deixe de ser dita uma coisa que deveria ser de uma clareza meridiana para todos os Portugueses: tal “(Trans) Atlantismo”, hoje na moda e até oficial, nada tem a ver com o “Atlântico” que Fernando Pessoa tão belamente cantou como o “*Mar Português*” ou com os “*Mares nunca dantes navegados*” da epopeia de Camões ou com as tão líricas palavras “*Da nossa língua vê-se o mar!*” de Vergílio Ferreira... e que eu próprio já designei como o “*Mar Lusofonês*”...

Relativamente ao Brasil, tem sido notória a insensibilidade para não dizer alergia lusófona generalizada de todas as suas elites, que não se dão conta de que, na geopolítica multipolar que se desenha e se deseja, a Lusofonia constitui chance única para o Brasil poder vir a ser alguém no concerto das grandes potências do século XXI. Não haverá ninguém que consiga abrir os olhos dos líderes brasileiros a este axioma tão simples como cheio de consequências: Sem Brasil não haverá Lusofonia, mas também sem Lusofonia não haverá Brasil, que valham a pena! Como, com alguma solenidade mas sem nenhum exagero e possivelmente também sem nenhum efeito, já tive ocasião de dizer na maior metrópole lusófona do Mundo que é São Paulo, aquando das celebrações dos 500 anos do Brasil: “*A Lusofonia ou será brasileira ou nunca será; o Brasil ou será lusófono ou nunca será! Como a Lusofonia ainda não é brasileira e como o Brasil ainda não é lusófono, nem uma nem outro ainda simplesmente foram nestes primeiros 500 anos. Aguardemos e votemos pelos próximos 500, para que, no século XXI, nem o Brasil nem a Lusofonia percam a sua oportunidade histórica!*”

O Brasil, por ser e para ser o terceiro grande pilar autónomo do Mundo Ocidental, ao lado da União Europeia e dos Estados Unidos, não precisa de deixar de ser nem pode deixar de ser “brasileiro” e “lusófono”.

Quando assumirá o Brasil plena consciência das suas virtualidades e da sua obrigação histórica de, enquanto grande potência emergente do século XXI, cumprir a sua missão não só de indispensável motor da Lusofonia mas também, e simultaneamente, de reequilibrador, a nível universal, juntamente com outras grandes potências como a Europa, a Rússia, a África do Sul, a China e a Índia, dos mais que evidentes e trágicos usos e abusos da auto-declarada e hetero-aceite única super-potência actual que são os Estados Unidos da América do Norte? **A era "Lula" já deu sinais e passos importantes nestas direcções geostratégicas a que apenas tem faltado, esperemos que não seja por muito mais tempo, a marca da "Lusofonia"! Até porque, para o Brasil como para todos os demais Países e Povos Lusófonos, não se trata de mera tautologia afirmar que todos eles ou serão geostratégicamente lusófonos ou nunca serão de nenhum modo!**

4. Foi no mês de Maio de 2002, no «XII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)», realizado em Luanda, que, pela primeira vez, lancei o seguinte desafio, a que, depois, com grande satisfação da minha parte, seria dado o nome de **«Declaração de Luanda»**:

*"À semelhança do que está a acontecer na Europa com o instrumento designado «Declaração de Bolonha» e com a criação do comum «EEES – Espaço Europeu do Ensino Superior», também no âmbito do "Espaço Lusófono" deveria avançar-se de imediato para a criação de um comum **«ELES – Espaço Lusófono do Ensino Superior»** e todas as diversidades reais e reais dificuldades não deveriam constituir obstáculos mas apenas estímulos, já que a construção de um tal «Espaço Lusófono do Ensino Superior (ELES)» não deverá ser considerado um mero epifenómeno mas conditio sine qua non da construção do «Espaço Lusófono sem mais» ou da C.P.L.P., tal qual está a ser entendida, relativamente ao Espaço Europeu, a construção do «Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES)». A Lusofonia real, que não cesso de proclamar como a única*

real via de afirmação, no concerto ou desconcerto das Nações, de todos, insisto, de todos os Países e Povos de Língua Portuguesa, também passa necessariamente e até primordialmente por aí, ou não fosse a «Educação de Excelência para Todos» o princípio e o motor insubstituíveis de todo o desenvolvimento humano e não fosse a norma da «Educação Universal, Obrigatória e Gratuita» o programa mais revolucionário de toda a história moderna e válido para toda a humanidade e não só para o mundo ocidental". (Fim de citação das minhas palavras proferidas em Maio de 2002 em Angola e que depois foram designadas como «A Declaração de Luanda». Nessa altura permiti-me ainda remeter para o opúsculo "Onze Teses sobre à CPLP e a Lusofonia", "Edições Universitárias Lusófonas, 2002, e para o manifesto "Que Ensino Superior para o Século XXI? Onze Teses sobre o Ensino Superior em Portugal e Todo(s) Espaço(s) Lusófono(s)", Anuário da Educação 99 /2000).

A posterior notícia da assinatura, em Fortaleza (Nordeste do Brasil), da "*Declaração dos Ministros responsáveis pelo Ensino Superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*", em 26 de Maio de 2004, obviamente inspirada na "*Declaração de Bolonha*", só poderia ser bem-vinda, pese embora não ter sido feita nenhuma referência explícita à anterior "*Declaração de Luanda*" (porquê retirar a Angola e à África essa justíssima honra e homenagem) e terem surgido, como geralmente acontece em casos semelhantes, personagens de última hora a prestarem-se a injustificados relevos.

O abaixo-assinado autor da «*Declaração de Luanda*» sobre a criação do «*ELES – Espaço Lusófono do Ensino Superior*» desde já declara que não reclamará nenhuns direitos de autor e tudo fará para que o projecto, na linha do que tem dito e escrito sobre a própria CPLP, não seja mais um retórico projecto nado-morto, mas vivamente nasça, cresça, floresça e frutifique.

Nem outra coisa seria de esperar do Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, cujos objectivos estatutariamente definidos são, enquanto Universidade, "*contribuir para o desenvolvimento de todos*

os Países e Povos de Língua Portuguesa” (Decreto-Lei n.º 92/98, de 14 de Abril) e que não cessa de repetir que o julgamento de que mais gosta sobre a sua Universidade não é que seja *“a maior, a mais completa e a mais inovadora das Universidades Privadas Portuguesas”*, mas sim que seja por todos reconhecida como *“a Universidade Certa na Hora Certa para a Lusofonia Certa”*.

Questão diversa seria a de interrogar-se, num momento em que, à parte alguns europeus provincianos e desvairados, todos os povos do mundo olham para o *“modelo europeu”*, consubstanciado na dupla vertente da democracia política e do desenvolvimento económico-social como para um horizonte de progresso ainda não ultrapassado do género humano, sobre se não poderia ser mais fácil e mais prático, em vez de criar um novo **“Espaço Lusófono do Ensino Superior” (ELES)**, requerer a associação efectiva ao já criado e já funcionando comum **“Espaço Europeu do Ensino Superior” (EEES)** e que é fruto da para a história designada como **“Declaração de Bolonha”** (Cf., a propósito, a obra que acaba de ser publicada: *“Quem tem medo da Declaração de Bolonha?”*, EUL, 2005).

Sem problemas pelo facto de ter lançado a ideia da criação do **“ELES”**, e aliás pelas mesmas razões e com as mesmas intenções, a eventual resposta afirmativa a tal hipótese encontrará em mim e na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias as mesmas disponibilidades pessoais e institucionais que a primeira ideia da *“Declaração de Luanda”* e a segunda e oficial ideia da *“Declaração de Fortaleza”*.

Uma tal “Lusofonia” e uma tal “Comunidade Lusófona” em nada se opõem, antes pelo contrário, não só ao diálogo omnitotidimensional com as outras comunidades humanas e geopolíticas do mundo contemporâneo como também, especificamente, aos reais ou eventuais processos em curso da “Mercosulização ou até Alcaização do Brasil” (desde que respeitando as “soberanias” de todos, Lula dixit!), da “Aliança Mercosul-União Europeia” (tão desejável, e até aqui tão dificultada por Bruxelas e tão mal entendida por Lisboa!), da “Integração Europeia de Portugal” (desde que ultrapassando a referida “doença infantil do novo luso europeísmo), das várias “Integrações Regionais dos Países e Povos Africanos e Asiáticos Lusófonos”, de todas as “Aculturações de todas as Diásporas de Língua Portuguesa” e da “Globali-

zação Societal à Escala Planetária”, opondo-se, sim e frontalmente, à “Loucura Terrorista” e à “Histeria Anti-terrorista” que o dia 11 de Setembro de 2001 despoletou nos Estados Unidos e na Humanidade e que, uma e outra, constituem, por razões diversas mas com possíveis idênticos resultados, sérias ameaças de regresso à barbárie, mediante o incumprimento ou o esquecimento da tão longa e tão difícil conquista que foram o Estado Democrático de Direito e o primado do Direito Internacional sobre a força bruta bem como da única e para todos (“terroristas”, “não-terroristas” e “anti-terroristas”, incluindo qualquer potência ou superpotência de ontem, de hoje ou de amanhã) obrigatória “Carta Magna” da Civilização que é a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Só uma tal “Lusofonia” assim “cultural” e “linguística” e assim “geopolítica e geoestratégica” poderá tornar-se a via real, se não única, do desenvolvimento humano sustentável e da legítima afirmação internacional de todos os Países e Povos Lusófonos, assim aparecendo também, segundo a formulação da tese inicialmente proposta, que **mais que projecto ou “questão cultural” e até “linguístico-literária”, a Lusofonia é, obviamente, um importante projecto ou uma importante “questão de Língua” e, embora talvez menos obviamente, é também e até sobretudo um importantíssimo projecto ou uma importantíssima “questão de estratégia geopolítica” com inevitáveis incidências económico-sociais, culturais e linguísticas. O que também é válido para a C.P.L.P., que deveria adoptar o nome menos restritivo de “Comunidade Lusófona”. Acrescentando de imediato que a C.P.L.P. é designada e paradoxalmente Portugal e Brasil, ainda estão para descobrir efectivamente este novo e único caminho da sua realização e da sua reafirmação no globalizado mundo do século XXI.**

“Quod erat demonstrandum”, e que espero eu tenha conseguido demonstrar e, se não convencer, pelo menos fazer passar a minha convicção e a minha esperança.

CPLP 2005
DAS EMOÇÕES AO REAL

Joaquim Aguiar

Dr. Joaquim Aguiar

Estudou economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1964-1967) e no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa (1967-1970). Especializou-se em Sociologia e em Sociologia Política no Gabinete de Investigações Sociais da Universidade Técnica de Lisboa, onde foi investigador (de 1969 a 1974).

É Investigador Associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Técnica de Lisboa (desde 1985) e consultor de estratégia empresarial do Grupo MELO, SGPS.

Foi Adjunto Económico do Primeiro Ministro (1975-1976) e membro da Assessoria Política da Casa Civil do Presidente da República durante 20 anos (1976-1996).

É jornalista económico e político, escrevendo com regularidade em revistas como o "Tempo Económico" ou jornais como o "Expresso".

Tem vários livros e artigos publicados.

CPLP 2005 – DAS EMOÇÕES AO REAL

O Doutor Joaquim Aguiar começou por referir que para esta conferência assumiu dois títulos, similares em conteúdo. O primeiro, que acabou por não vingar, “CPLP – Visões e perspectivas estratégicas partilhadas”, onde procuraria explorar o que poderiam ser as visões estratégicas e as condições de partilha entre os vários membros da CPLP.; porém, quando não são comuns as visões estratégicas, é pouco provável que se consolidem as condições de partilha daquilo que não é comum. Por isso, adoptou um segundo título, “CPLP 2005 – Das emoções ao real”, onde se procura encontrar o real depois das emoções, como quando se acendem as luzes após um espectáculo, quando a realidade se sobreporá às emoções.

De seguida, e do mesmo modo, referiu que na Marinha há plena consciência de que quando se segue um mapa errado se chegará certamente a qualquer sítio, mas que não será o destino. Para se descobrir o erro ter-se-á que refazer o caminho.

Assim, aquilo a que se propôs é refazer o caminho percorrido por Portugal nos últimos 30 anos e tentar redefinir o mapa futuro.

Começou com uma primeira questão recordando que uma organização do tipo do da CPLP dependerá sempre de vantagens mútuas asseguradas para qualquer dos membros e, por convergência, a todo o conjunto. Se essas vantagens mútuas asseguradas não existirem, as emoções depressa arrefecem e delas restarão somente as cerimónias iniciais.

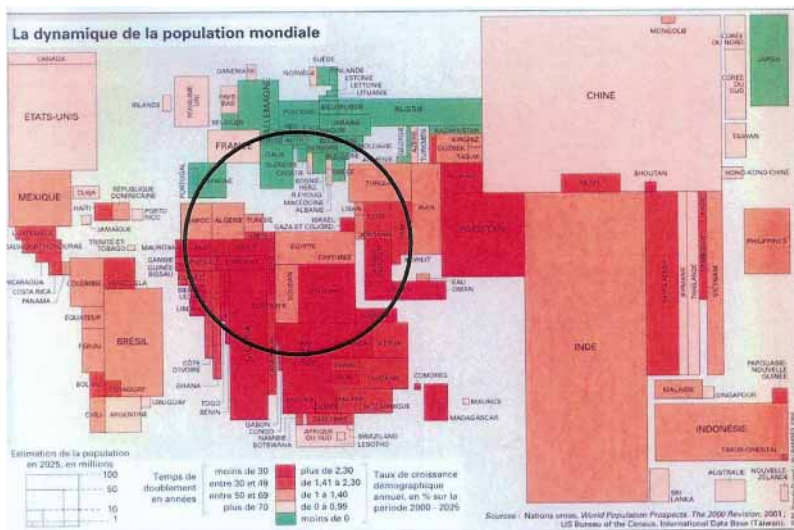
Deste modo três questões se levantam:

- a) O que Portugal tem a oferecer à CPLP?
- b) Do que precisam os membros da CPLP?
- c) O que a CPLP tem para oferecer aos membros que estes não obtenham individualmente pelas suas relações bilaterais?

Começou por abordar as questões acima expressas, referindo a evolução para 2025 da população mundial (Figura 1), incidindo a sua observação na população africana.

FIGURA 1

PESO DA POPULAÇÃO – PREVISÃO PARA 2025



É um peso relevante, que seguramente terá efeitos estratégicos contrapondo com o peso da sua economia em 2002 (Figura 2), concluindo que existe uma discrepância entre estas duas medidas. Actualmente a economia africana não tem significado.

Analisando a primeira questão proposta, remeteu-se à análise da evolução da economia portuguesa (Figura 3) nos últimos 30 anos, utilizando como indicador a taxa de crescimento anual do PIB, sem a devida correcção para o ano de 2005. Constatou que decresceu da pior maneira, tendo em atenção que os picos referenciados na figura ocorrem pelos seguintes motivos:

- O primeiro pico (1972-1974), com um crescimento de 7 a 12%, é estimulado por um processo de internacionalização da economia portuguesa com a construção de plataformas industriais e financeiras orientadas para uma estratégia do Atlântico Sul – Portugal, Angola e Brasil – com o objectivo simultâneo de desenvolver a penetração nos mercados das economias mais desenvolvidas através da internacionalização das indústrias da

metrópole e, no conjunto desses dois movimentos, conseguir à posteriori uma boa integração na União Europeia. Este projecto eclipsou-se entre 1974 e 1976;

- b) O segundo pico (1988-1989), com a atracção de investimento externo e fundos comunitários, imediatamente a seguir à integração na União Europeia;
- c) O terceiro pico de crescimento, mais reduzido do que os antecedentes, foi só alimentado através de actividades de bens e serviços não transaccionáveis em mercado local, em mercado interno.

Assim, como conclusão dessa análise, referiu que as taxas de crescimento caíram, bem como a vitalidade estratégica da economia foi sempre decrescendo desde um projecto autónomo, sustentável com recursos portugueses, para um projecto de recebimento de fundos comunitários e atracção de investimentos externos.

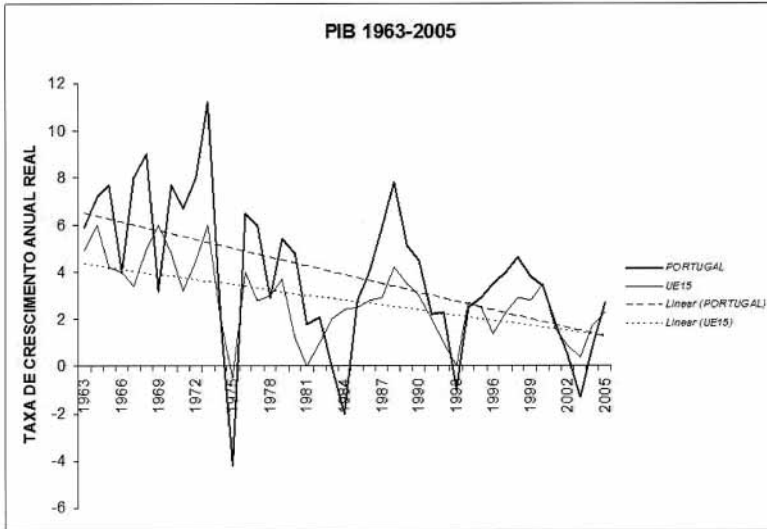
Comparou de seguida esta evolução com a ocorrida na Europa, verificando que a economia europeia também decresceu no mesmo período, havendo homologia entre as dinâmicas destas economias (Figura 4).

Apesar de a recta de regressão portuguesa estar acima da recta europeia (como era de esperar porque Portugal partia de um nível de desenvolvimento inferior), terminou num nível idêntico (sem ter conseguido recuperar o seu atraso relativo). Ou seja, Portugal perdeu vitalidade ainda mais depressa do que a Europa. Assim sendo, embora sejam crises homólogas, a crise portuguesa acontece mais cedo do que a europeia, não permitindo, portanto, tirar qualquer ensinamento desta última. Assim, quando Portugal estiver a tentar resolver a sua crise irá ter uma nova “onda tsunami” que virá imediatamente a seguir – a crise europeia. Terminou por dizer que não será o certamente o inverso.

Tal situação não é muito diferente da que se passou nos anos trinta, que tem reflexo no fim do século XX e no princípio do século XXI. Presentemente Portugal está a tentar resolver os problemas que foram criados pelos dispositivos de políticas sociais e de estímulo das economias, que nos anos 40 serviram para solucionar a crise dos anos 30. Mesmo que pareçam problemas semelhantes, as suas soluções terão de ser diferentes porque se alteraram as condições envolventes.

FIGURA 4

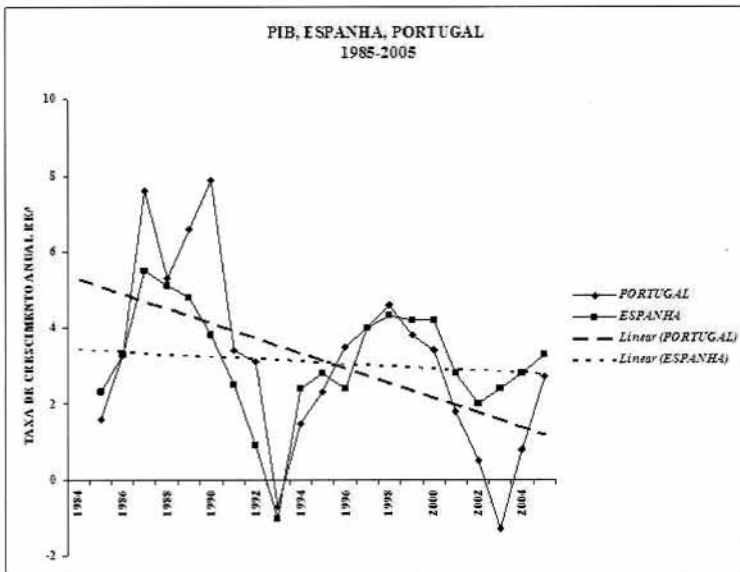
A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DE PORTUGAL E DA EUROPA DOS QUINZE



Mais preocupante é a comparação destes indicadores, entre Espanha e Portugal, para o período posterior à integração europeia (Figura 5).

FIGURA 5

PIB ESPANHA E PORTUGAL – 1985-2005



Portugal tem crescimentos anuais mais elevados no início mas, a partir de 1995, a tendência inverte-se e passa a crescer menos do que a economia mais forte que está ao seu lado. Isto é uma excepção absoluta na Europa porque em todos os pares de país grande – país pequeno (Irlanda-Grã-Bretanha, Dinamarca, Holanda e Áustria – Alemanha, Finlândia-Suécia, Bélgica-França), o pequeno cresce mais depressa, visto que aproveita a potencialidade do mercado grande e tem mais flexibilidade, crescendo ligeiramente mais depressa do que o grande. Esta excepção é agravada quando se faz a correcção mais recente (Figura 6) na taxa de crescimento em que a recta de regressão para o crescimento português é ainda mais acentuada. Conclui que quem não cresce transfere as oportunidades para a economia que está ao lado. É a relação inversa do que se passa na restante Europa.

É importante agora tentar perceber o que aconteceu nesta evolução.

Em primeiro lugar houve uma mudança nos padrões de modernização (Figura 7). O padrão de modernização que resultou da fase anterior a este gráfico, anterior a 1963, era o padrão da economia nacional protegida,

FIGURA 6

EVOLUÇÃO DE PORTUGAL E ESPANHA 1985-2005 (CORRIGIDO)

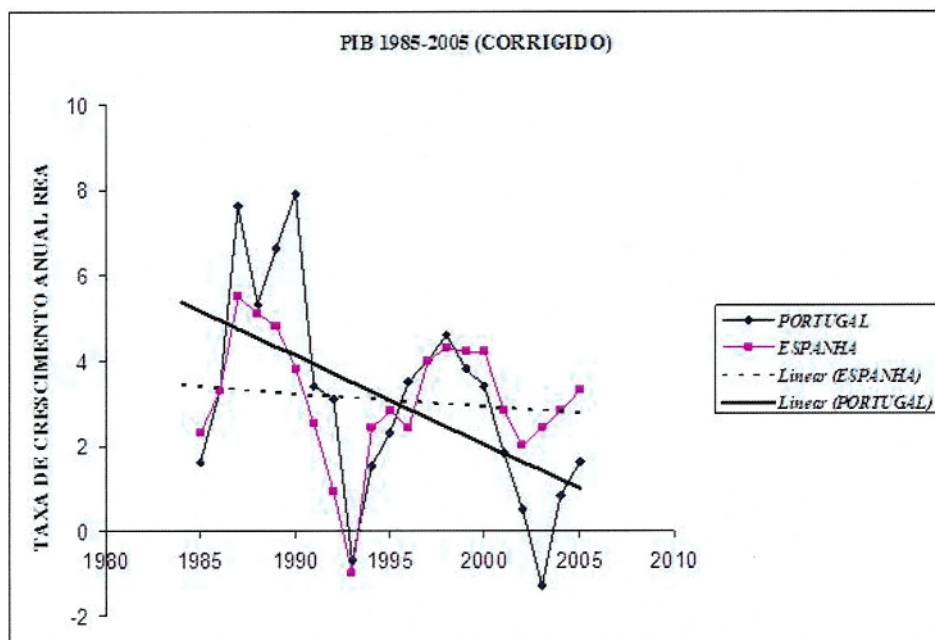
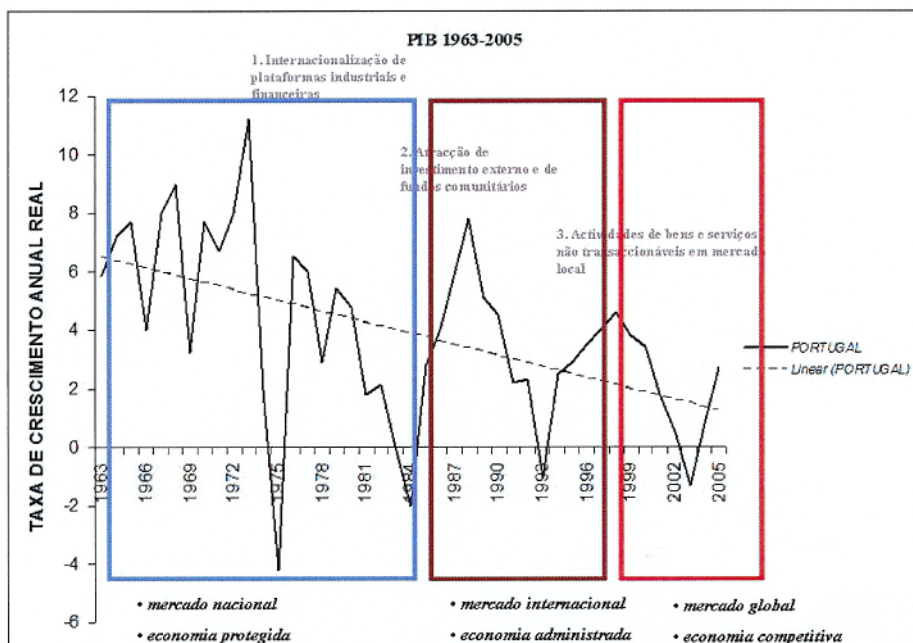


FIGURA 7

PADRÕES DE MODERNIZAÇÃO E MODELO DE DESENVOLVIMENTO EM PORTUGAL



resultante da crise dos anos 30 corrigida pela estabilidade do pós-guerra e pelas regras das instituições internacionais que regulavam as relações internacionais entre economias nacionais.

A seguir a 1985, Portugal passa para um mercado internacional aberto com as quatro liberdades de circulação, mas ainda com uma economia administrada, na medida em que era possível recorrer a dispositivos de regulação nas suas relações económicas internacionais, onde se realça a taxa de câmbio. Esta fase é preparatória da actual, em que se está simultaneamente no mercado global, numa economia competitiva, mas sem ter nenhum dos instrumentos de regulação da economia que no passado serviam para corrigir os erros de rota. A balança comercial não tem relevância nas comparações internacionais no sentido antigo, em que o desequilíbrio nas trocas implicava a desvalorização da moeda. Releva que Portugal transfere património para os credores exteriores, não pode utilizar a taxa de inflação e tem uma taxa de juro do mercado europeu, o que permite aos portugueses terem crédito ao juro alemão mas sem terem

a economia alemã. Assim, a perda de vitalidade é agravada pelo facto de o país não ter instrumentos para evitar a dinâmica de inércia. Comparou com a travagem de um carro ou de um cavalo com a de um navio, em que este último necessita de iniciar o seu processo de travagem muito antes ou então já não irá a tempo.

De seguida iniciou um estudo comparativo entre as últimas quatro décadas.

Na década de 70, Portugal passou de um regime autoritário bloqueado para um regime democrático de poderes divididos, e os poderes que são divididos não são separados – cada poder separado é responsável pela sua área de competência e por isso a separação de poderes não permite a desculpa ou a transferência das obrigações, enquanto que poderes divididos não são responsáveis perante ninguém, porque cada um se justifica com essa sua divisão para mostrar que, tendo de negociar, são os outros os responsáveis pela menor eficiência.

Referiu que no período 1974-1975, mais do que “poder exíguo” (referência ao Prof. Doutor Adriano Moreira) o que existiu foi um “poder tímido”, ou ainda, um “poder com medo do próprio poder”, perdendo desta forma capacidade de regulação e orientação. A narrativa fundadora do regime democrático, centrada na perspectiva de progresso e dos valores distributivos, foi o mapa errado anteriormente referido, porque este mapa não conduziu a um destino efectivo. Aparentemente conduzia ao paraíso, mas este paraíso já não existia pelo facto de a curva sigmóide, que indica a existência de uma fase de vitalidade seguida de uma fase de maturação das sociedades, não ter sido tida em conta pelos responsáveis em Portugal que, estando já numa fase de maturação, ainda mantinham o discurso adaptado à vitalidade anterior. O erro detecta-se nos problemas das responsabilidades financeiras com as políticas distributivas: ao garantir políticas distributivas com a perspectiva de uma economia de grande vitalidade (a do crescimento nos anos 60), ficou-se surpreendido com a evidência de que nos anos 70 as taxas de crescimento são insignificantes. Há uma destruição dos centros de racionalização privados existentes na economia portuguesa, com as nacionalizações, e uma transferência de património e de funções de avaliação estratégica para o Estado. Esse

património empresarial chama-se agora receitas extraordinárias para o equilíbrio orçamental e o centro de racionalização, chamado IPE, acabou extinto recentemente, distribuindo indemnizações e pensões de reforma aos que foram seus funcionários.

Ainda na década de 70, houve uma crise neste poder de Estado dividido, existindo a transferência de regulação política e económica para o FMI, com sucessivos acordos.

Na década de 80, verifica-se não ser possível reformular a narrativa fundadora do regime democrático e que a divisão de poderes de um lado, e a resistência dos aparelhos corporativos instalados, dos outros, associados às funções políticas assumidas pelo Estado, impediram a correcção dessa narrativa. Para tal, de forma a corrigir os erros registados na evolução da balança de pagamentos, Portugal teve de fazer um novo acordo com o FMI, tentando reformular o sistema partidário no período de maior instabilidade política institucional (1985), talvez análoga à situação prevista para 2005, existindo na altura a dissolução da maioria parlamentar, o surgimento de um novo líder partidário e eleições presidenciais, contribuindo para um confronto entre aparelhos instalados e personalidades que momentaneamente se organizaram para tentar resistir a esses aparelhos.

Houve transferência da função estratégia de regulação económica para a Comunidade Económica Europeia, tendo sido a segunda tentativa para a mudança da narrativa fundadora. Vinham agora da Europa as grandes orientações eficazes. Tenta-se reconstituir centros de decisão privados na economia. Esta tentativa fracassou devido ao excesso de endividamento que resultou desse primeiro exercício de receitas extraordinárias (as receitas das privatizações) para fazer face ao défice orçamental da altura.

Na década seguinte, a de 90, com a apropriação dos fundos comunitários vindos da Europa e a sua repartição pelos centros de controlo das políticas distributivas, criaram-se as corporações de funcionários institucionais, sendo estas, segundo o conferencista, “um dos vírus de maior resistência”. Estas corporações ganham uma autonomia tal que não existe forma de regulação, porque não há comparação interna da sua eficiência e da sua competitividade. O conferencista exemplificou com a corporação dos médicos, que têm um código próprio, são auto referenciáveis, não

havendo qualquer mecanismo de avaliação, recorrendo-se à comparação entre si. Se esta comparação for recusada, ter-se-á que entregar, de uma forma continuada, os recursos que os próprios funcionários determinam que são necessários para a realização das suas funções. Por outro lado, nesta década ainda houve uma captura antecipada dos benefícios da aproximação à moeda única, como a taxa de juro, protecção cambial e controlo da inflação. Significou que Portugal ficou simultaneamente sem dispositivos internos de regulação económica e política, o que precipita a existência de crises políticas, mas com benefícios imediatos na forma de crédito a baixo juro e com a segurança adicional de não poder haver desvalorização da moeda.

Na actual década, confirma-se a incompatibilidade entre a narrativa fundadora do regime democrático, a configuração constitucional de poderes divididos, as expectativas distributivas, as taxas de crescimento anuais, que são baixas e a evolução demográfica, que implica custos sociais acrescidos e continuados nas políticas sociais para os próximos 30 a 40 anos. Significa que existe uma crise portuguesa, homóloga da crise europeia mas com um grau de vulnerabilidade superior.

Existe ainda, nesta primeira década do século XXI, um vazio dos centros de decisão privados (porque são centros de dívidas e não centros de património), um vazio político face à crise orçamental e à captura corporativa das despesas públicas, um vazio produtivo por não ter produtividade comparando com os nossos concorrentes e um vazio cultural porque há massificação sem qualificação.

Foi neste quadro que o conferencista comparou com a situação em África.

Começou por referir que o peso do comércio mundial africano, que em 1960 era de 9% representando uma população mundial de 9% é hoje de 1,4% para 13% da população mundial.

PESO NO COMÉRCIO MUNDIAL		PESO NA POPULAÇÃO MUNDIAL
1960	9,0%	9,00%
1980	3,6%	---
2003	1,4%	13,50%

Em termos de investimento externo no mundo, África representa hoje 1,1% desse investimento, não tendo assim qualquer relevância.

	MIL MILHÕES DE USD	%
PAÍSES OCIDENTAIS	349	65,4
ÁSIA	90	16,9
AMÉRICA LATINA	62	11,6
EUROPA DE LESTE	27	5,1
ÁFRICA	6	1,1
TOTAL	534	

Em termos de economia de petróleo para a Nigéria, este representava 46% do PIB em 2003 (60% para Angola).

	PERCENTAGEM DO PIB
NIGÉRIA	46 %
ANGOLA	60 %
CONGO	70 %
GABÃO	70 %

Todos estes países têm no petróleo 90% das receitas de exportação, ou seja, não são economias mas sim *pipelines*.

Isto significa que a crise africana resulta de terem desaparecido três efeitos que estiveram na origem da formação dos estados africanos e que hoje já não existem:

- As estruturas administrativas coloniais, que desenharam o mapa de África, sem terem em conta as características culturais no terreno, criando um problema de identidade para os Estados;
- Acabou a estrutura mundial bipolarizada, que dava uma renda geo-estratégica a cada um dos Estados africanos, porque negociavam a sua posição de apoio a um bloco ou a outro;

- Fracassou a possibilidade de rejeitarem a Europa, como modelo cultural, criando um modelo alternativo.

Estes factores perturbaram a evolução africana. Mas a seguir três acontecimentos centrais destroem a evolução africana:

- O fim da bipolaridade, porque alterou o peso africano nas relações mundiais, criando a estrutura actual, hierarquizada em pirâmide, com o cimo da pirâmide a relacionar-se entre si, secundarizando a base;
- A globalização competitiva e a generalização das relações do mercado tornaram as economias africanas capturáveis por qualquer operador comercial, tornando-as em *pipelines*;
- O terrorismo islâmico e a expansão do islamismo em África tornam a população africana e todo o espaço africano uma vulnerabilidade estratégica, se o islamismo continuar a progredir e for interpretado em África como o seu modo de rejeição dos modelos ocidentais.

Isto é, significa que a desproporção entre a população e a fraqueza económica (Figuras 8 e 9) vai ter como consequência que as populações se deslocam para onde estiver a riqueza, sendo a Europa o sítio mais próximo.

FIGURA 8
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

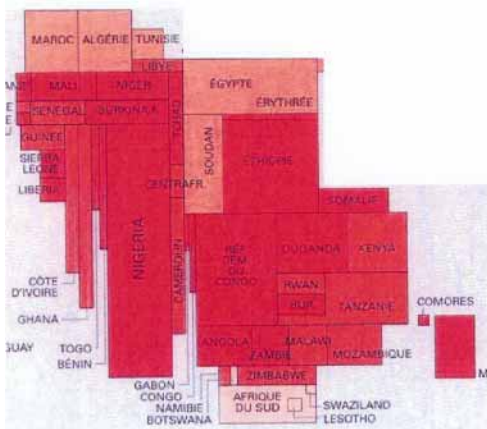
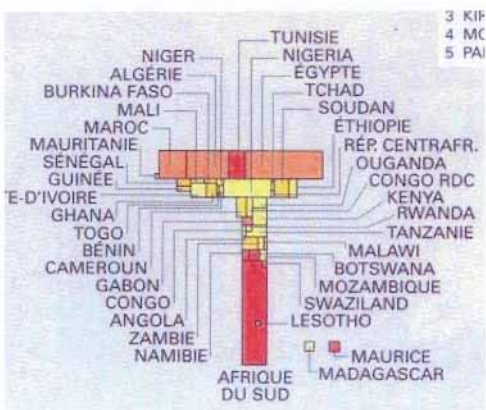


FIGURA 9
EVOLUÇÃO ECONÓMICA

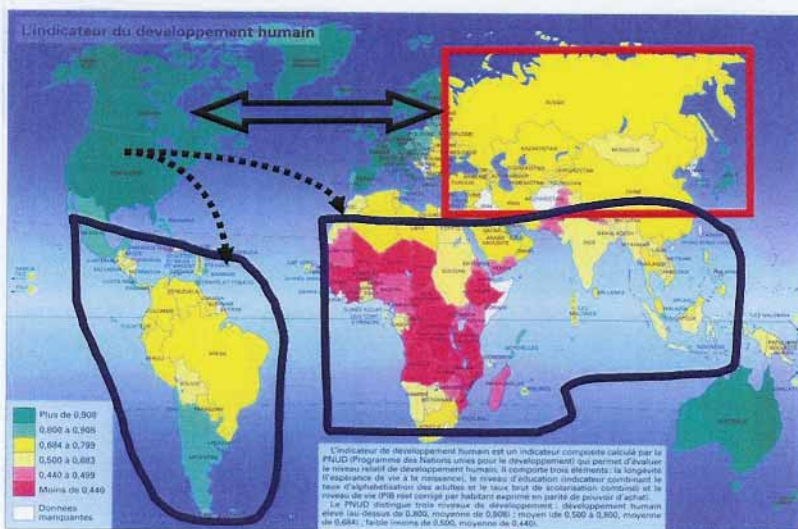


Por outro lado, os comportamentos desta população não serão os mesmos que os Europeus secularmente conheceram, nem o recíproco se verificará na visão dos africanos. Finalmente, o período histórico em que ocorrerá esta mobilidade africana terá vectores configurantes que são diferentes dos que se conheceram no passado. O primeiro deles será a globalização que acentuará a desigualdade; o segundo é a afirmação da identidade africana, que não promove a sua integração nas sociedades europeias; e o terceiro é a luta pelo reconhecimento dos africanos, que tenderá a encontrar no islamismo violento uma das suas bases de afirmação.

No contexto mundial, a Europa e em parte os Estados Unidos, controlavam a evolução destas duas grandes áreas mundiais, África e Médio Oriente. Não eram os recursos, que de lá retiravam, o objecto primordial, mas sim o controlar da evolução desta área. Por outro lado, face à cercadura soviética que controlava a outra parte do mundo, os Estados Unidos, que sempre mantiveram atrito nessa área, procuraram retirar a hegemonia europeia sobre África, assumindo-se eles como principais interlocutores para as questões africanas (Figura 10).

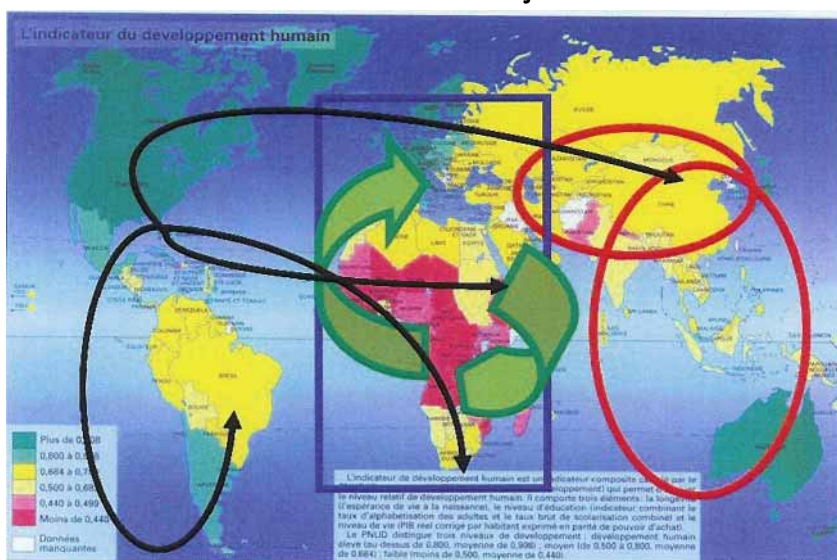
FIGURA 10

A ESTRUTURA DAS RELAÇÕES MUNDIAIS NO CONTEXTO COLONIAL E BIPOLAR



A situação actual (Figura 11), é que as áreas de vitalidade estão na Ásia e a influência dos Estados Unidos incide nessa zona, no Médio Oriente, na África Ocidental e na América do Sul. Na zona África – Europa é que existe a fractura actual. Essa fractura, com a expansão do islamismo que é efectiva e real, pode ter como consequência África tornar-se um alimentador da expansão do islamismo violento no interior da Europa, rica mas sem vitalidade. Isto significa que a África que Portugal e a Europa conheceram já não existe e Portugal e a Europa que os africanos conheceram já não existem. A CPLP que Portugal conhece é feita na perspectiva antiga.

FIGURA 11
A ESTRUTURA DAS RELAÇÕES MUNDIAIS
NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO COMPETITIVA

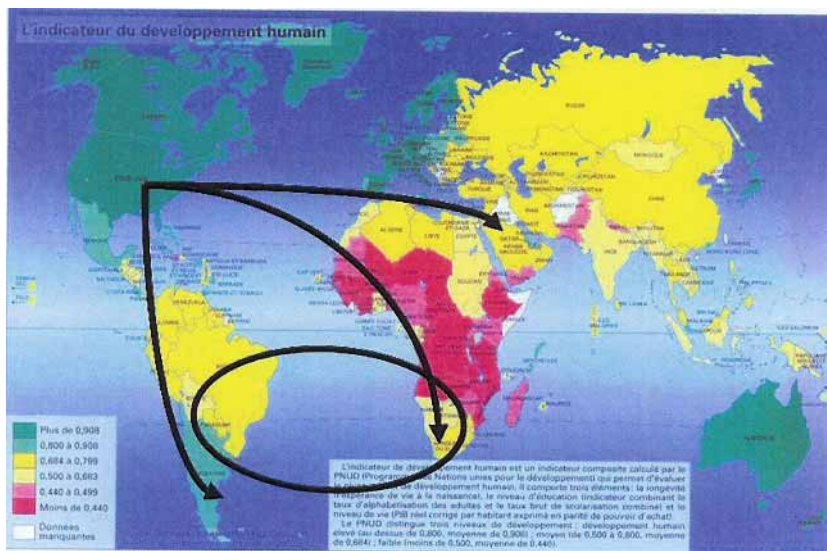


Na perspectiva moderna do novo Atlântico Sul (Figura 12), que é uma área que os Estados Unidos dominam, quer via América do Sul, quer via África Ocidental e Médio Oriente, aquele espaço tornou-se numa zona muito mais impenetrável aos portugueses.

Como conclusão, a CPLP não substitui as relações bilaterais, não substitui o que cada um dos Estados membros estabelece com as potências mundiais, mas pode tomar a iniciativa de desenvolver programas que

FIGURA 12

O NOVO ATLÂNTICO SUL



preparam as posições oficiais posteriores, depois de estas iniciativas se consolidarem. A CPLP não é uma plataforma de negociação entre Estados, mas sim uma plataforma de produção de iniciativas que, colocadas aos Estados, sejam por eles aceites como linhas estratégicas a desenvolver.

A CPLP tem maior liberdade para desenvolver o que é novo e para estabelecer plataformas de actuação convergentes dentro do que é novo, sabendo que aquilo que se conhece do passado já não existe, nem no lado africano nem no lado europeu. Se for explorado o que é novo, a CPLP tem uma potencialidade de produção estratégica que é superior à de cada Estado membro e, neste sentido, tem uma produção útil e oferece vantagens asseguradas a cada um desses Estados membros: a CPLP pode inovar onde os Estados ainda têm dificuldades ou resistências para inovar. Por isso, a CPLP pode ter um papel de primeiro plano na ligação com a União Europeia, porque esta precisa de se relacionar, através da sua Comissão Europeia, com entidades homólogas que façam a coordenação de programas conjuntos.

Finalmente, concluiu que a CPLP é um dispositivo adequado à exploração das novas condições estratégicas. Só o poderá fazer se esquecer o passado, de onde vieram com mapas errados que agora necessitam de ser corrigidos e estruturar-se numa perspectiva de futuro, desenhando os novos mapas para a cooperação.

**PORTUGAL E OS ATLÂNTICOS EM CONTEXTO
DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA**

Adriano Moreira

Prof. Doutor Adriano Moreira

O Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira é Doutor pelo ISCSP, UTL, Doutor em Direito pela Universidade Complutense de Madrid, Doutor "Honoris Causa" pelas Universidades de Manaus, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, Professor Catedrático da UTL, Professor Honorário da Universidade de Sta. Maria e antigo Professor Catedrático da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

É docente do Instituto Superior Naval de Guerra desde Janeiro de 1968, colaboração inestimável que se mantém e que teve início em 1958, então como conferencista.

Tendo lançado o Movimento da União das Comunidades da Cultura Portuguesa, o Sr. Prof. foi delegado de Portugal à ONU, Ministro do Ultramar, Curador da Universidade Cândido Mendes, Presidente do CDS, entre outras actividades. Ainda hoje, já jubilado, preside ao Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

O Prof. Doutor Adriano Moreira possui numerosas e muito valiosas condecorações e é autor de muita vasta obra nos domínios da Política, Direito e Conjuntura Portuguesa.

PORTUGAL E OS ATLÂNTICOS EM CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA

O Professor Doutor Adriano Moreira introduziu o tema começando por referir que as instituições por vezes pressentem os riscos, ainda mal identificados, que nascem no ambiente em mudança que as rodeia e uma pilotagem atenta procura ver claro e racionalizar as estratégias de resposta. No caso da ONU, tantas vezes fixada nas decisões ou indecisões do Conselho de Segurança, não é a primeira vez que o Secretariado procura libertar-se desse constrangimento. Trata-se de se pronunciar em nome do interesse global, tal como o entende e pretende servir, assumindo a sua legal situação de igualdade com os restantes órgãos. São vários os relatórios que se debruçam sobre a reinvenção da governança do mundo. O Relatório sobre *A more secure World: our shared responsibility* (2004), que traz uma meditação sobre os primeiros anos do milénio, tem como premissa a afirmação de que todas as sociedades humanas “enfrentam ameaças que nenhuma Nação pode esperar dominar agindo isoladamente e oportunidades que podem ser exploradas com muito maior esperança se agirem em conjunto”.

Salientou que é difícil não relacionar o alarme e a advertência com a crise de que o unilateralismo vai rodeando a instituição da ONU e parece ter fundamento vincular o discurso a uma autêntica devoção ao interesse geral da comunidade internacional. Designadamente quando, sem expressamente o dizer, recusa a impossibilidade de eliminar a categoria de Estados não confiáveis e insiste na urgência de a própria ONU ajudar todos eles a desenvolverem as capacidades e decisão de se congregarem para dominarem as ameaças contemporâneas.

Sublinhou que a situação é suficientemente alarmante para que o apelo às solidariedades não seja ignorado e para que estas não deixem

sequer uma passagem estreita às veleidades unilateralistas. Notou algumas conclusões:

- São inseparáveis desenvolvimento sustentado e segurança, porque sem o primeiro a própria paz civil fica em perigo;
- É crescente a necessidade de prestar atenção à *segurança biológica*, não apenas para prevenir as pandemias, mas ainda para tornar efectiva uma defesa global contra o bio-terrorismo;
- O reforço do método da *mediação*, com o suplemento das *sanções*, é altamente recomendado;
- O realismo não permite deixar de considerar a necessidade de recorrer ao uso da força, mas um acordo dos governos é sublinhado como indispensável para que o sistema de segurança global seja efectivo;
- A estratégia contra o terrorismo global precisa de ser desenvolvida sem desvios securitários;
- A previsão de uma crescente *proliferação nuclear* num futuro próximo; as questões de *post-conflict peacebuilding* exigem nova e maior atenção;
- E, finalmente, recomenda-se o fortalecimento do Secretariado, porque “o mundo precisa, e tem direito de esperar, um efectivo Secretariado das Nações Unidas, que possa atrair e reter os melhores de todas as partes do mundo”.

Na linguagem cuidada do Relatório referido anteriormente, o Professor Doutor Adriano Moreira referiu que a mensagem é a da urgência de reformar, e não de dispensar, a ONU e de colocar o acento tónico no serviço aos interesses comuns da Humanidade, o que também significa rever a constituição e poderes do Conselho de Segurança. É neste ponto que os legados humanistas e maquiavélicos, que os fundadores fizeram coexistir na Carta, vão desafiar a racionalidade dos líderes mundiais convocados para a cimeira da ONU, em Nova York, no próximo Setembro.

Acrescentou que esta racionalidade desafia os líderes mundiais, por sua vez desafia os pequenos países envolvidos pelo globalismo que inclui as novas e antigas ameaças, a maior parte deles submetidos aos efeitos

colaterais de decisões e conflitos que outras soberanias programam e desenvolvem.

O enquadramento legal da Carta da ONU, que estabeleceu como fundamental o princípio do respeito pela jurisdição interna (art.º 2-7), não pode impedir que antigas questões domésticas se transformassem em internacionalmente relevantes, e estas em internacionais; e também os seus mecanismos não consentiam que fosse estabelecida uma hierarquia e definição de interesses que referisse a sedes claramente identificadas a principal responsabilidade por *conflitos internos*, *conflitos de soberanias* e *desafios globais*.

Esta globalização, de tecido conjuntivo mal tecido, aumenta a complexidade do processo de definição estratégica dos países que tendem para a condição de *países exógenos*, isto é, facilmente submetidos aos efeitos de decisões em que não participam.

Admite não ser difícil que o Portugal deste milénio tem de encarar a necessidade de aprofundar o estudo da condição exógena em que muitas vezes se encontrou no seu passado histórico e que agora é potenciada pela mundialização das interdependências e com parciais globalizações de gestão. A fragmentação das gestões da globalização parece apontar no sentido da formalização de áreas, umas vezes com expressão normativa, outras apontadas em projecto, um tema em que apenas podemos recorrer à exemplificação.

Por um lado os *Ocidentais*, que tiveram nos cinquenta anos da NATO uma experiência sem precedente de solidariedade militar, cultural, científica e económica e que agora assistem à inquietante dialéctica entre o *americanismo* e o *européismo*. E por outro lado, sobressaindo aos outros poderes orientais, a China, um Estado continente, que recentemente enunciou e reassumiu os *cinco princípios* a que pretende ver subordinada a reorganização da Ordem Mundial, que entrou em colapso depois da queda do Muro de Berlim em 1989, uma ordem que era a dos Pactos Militares e não a prevista na Carta da ONU.

A Rússia, que todos procuram ajudar a recuperar a condição de *Estado igual aos outros*, perdida na Revolução de 1917, está num processo que a memória próxima do império extinto vai semeando de incidentes.

Indicou ainda o risco do alastramento, pelo *cordão muçulmano*, da adesão ao conceito estratégico do *poder errático* da Al Qaeda.

A exemplificação serve apenas para tornar evidente que Portugal tem de ensaiar compreender a definição das *grandes áreas* em formação e decidir se pode optar pela pertença a uma das definições, como fez ao aderir à União Europeia, ou se deve prever a inclusão necessária numa delas, designadamente no caso de se aprofundar a fractura atlântica, por enquanto em apontamento.

Referiu também a inquieta evolução a que assistimos, julgando que os factos apontam no sentido de o interesse nacional ser melhor servido pela *defesa da ONU*, como instância reguladora melhor vocacionada para assegurar alguma equidade das relações entre áreas e sustentar um *código de conduta* no plano da hierarquia das potências.

E pelo que respeita às áreas, não parece duvidoso que o melhor interesse dos ocidentais, em que Portugal se inclui, é que a solidariedade atlântica seja preservada e restaurada, depois de absorvidos os efeitos negativos, quer do infeliz unilateralismo exercido pelos EUA, quer das ambiguidades europeias.

Esta posição, que tem repetido mais de uma vez, tem muito que ver com o facto de Portugal estar na situação de país de fronteira, quer na linha de articulação do Atlântico Norte com o Atlântico Sul, quer na linha de articulação com o turbulento Mediterrâneo. Uma situação em que tanto pode ser participante nas decisões, como simples objecto delas, sendo que a quebra da solidariedade atlântica aponta sobretudo para a segunda hipótese.

Para exercer uma política autónoma, e necessariamente transversal, como é a que diz respeito aos PALOP'S, é esta solidariedade que melhor assegura a liberdade requerida, porque a quebra dessa solidariedade, impondo opções irrecusáveis, logo afectará os nossos interesses no Atlântico Sul, tal como o desequilíbrio das relações dos ocidentais com as áreas orientais afectará todas as pretensões a uma presença activa naquelas paragens tão ligadas à história e à identidade portuguesas.

Acrescentou que é evidente que esta problemática dos desafios e respostas, num primeiro plano necessariamente abordada em termos de

conceitos operacionais, tem como pressuposto que a identidade do país não estará afectada e que a determinação e capacidade de a afirmar, com uma clara definição de um conceito estratégico, é efectiva.

Neste ponto é realista meditar sobre a mudança de paradigma da sociedade portuguesa, já para além do facto essencial da extinção do histórico conceito estratégico nacional em 1974. Em primeiro lugar, a circunstância de o país ter sido *lançado ao longe* porque do outro lado estava o *Muro de Castela*, modificou-se radicalmente. Os conceitos de país de agricultores e de marinheiros sofreram uma radical modificação, muito em função da adesão à União Europeia.

Talvez tendo como facto de referência a introdução do caminho-de-ferro em 1886 e tendo em conta estudos de Fernando O. Baptista, Queirós de Barros, Castro Caldas e Azevedo Gomes, foi certo que o conceito de alimentar o povo com os produtos da terra, correspondente ao lirismo de homens como Garrett, Herculano e Lavradio, foi sendo substituído pelo desenvolvimentismo que tomou célebre Ferreira Dias (1945), popular Daniel Barbosa e incerto Correia de Oliveira a hesitar entre a europeia EFTA e o “espaço único português”.

A adesão à Europa implicou em primeiro lugar que o citado *Muro de Castela*, a fronteira geográfica histórica e sagrada, evoluísse para o simples *apontamento administrativo*, efeito da livre circulação de pessoas, capitais e mercadorias.

Uma evolução que fez progredir o princípio das regiões transfronteiriças de Jean Monnet (FEDER-1975; Regulamento de 1984), com os programas INTERREG – I (1990-93) e II (1994-99) a apoiar os acordos entre as Comunidades Autónomas espanholas e a Comissão de Coordenação das Regiões Portuguesas.

A Espanha desenvolveu o método em relação à França (País Basco, Navarra, Aragão, Catalunha) e em relação a Portugal destacam-se: Acordo constitutivo da Comunidade de Trabalho Galiza – Região Norte de Portugal, de 31 de Outubro de 1991; protocolos entre a Extremadura e as regiões do Alentejo e Centro de Portugal, respectivamente de 17 de Janeiro de 1992 e 27 de Maio de 1994; acordos de Castilla y Leon com a Região Norte de Portugal em 21 de Fevereiro de 1995 e com a Região Centro em 3 de

Março de 1995; protocolo entre a Comunidade Autónoma andaluza e a Região portuguesa do Algarve, em 27 de Julho de 1995.

As regiões transfronteiriças de trabalho são uma realidade, a litoralidade avança, o despovoamento das interioridades cresce e a agricultura deixa de ser “o segredo da nossa magnífica unidade moral”; ao mesmo tempo referiu que a presença do Mar no ideário nacional exige reafirmação: de facto a teologia de mercado, a competição, é o novo paradigma da nossa sociedade, sem que o Estado tenha adoptado e implantado um novo conceito estratégico nacional.

É nesta circunstância nova, com fragilidades orçamentais inquietantes, com afastamento entre a sociedade civil e o aparelho governativo, afastamento que a abstenção eleitoral ajuda a medir, com fracturas sociais que se avolumam, com uma acelerada mudança da composição cultural da população sem resposta de políticas inclusivas, que este tema das opções estratégicas é avaliado.

Em primeiro lugar conclui que a mais urgente decisão é a de restaurar uma sociedade de confiança que comece por manifestar essa atitude em relação ao aparelho governativo, uma sociedade que inclua uma clara versão e prática do civismo activo, que pretenda estar nos centros de decisão para não ser apenas objecto delas. Então, e por ordem, considera que devemos optar por ser ocidentais e europeus, defensores da solidariedade atlântica, partidários da relação equitativa entre as áreas em que a mundialização se articula, apoiantes da ONU como garante da paz geral, sendo esta a trave mestra de um desenvolvimento humano sustentado que defendemos e de uma cooperação efectiva e prioritária com todos os povos de língua oficial portuguesa.

Entre este desígnio e Portugal está o Mar e a identidade nacional já afectada pelo facto de a agricultura deixar de ser “o segredo da nossa magnífica unidade moral”, como era sustentado antes de a teologia de mercado ter definitivamente substituído o camponês pela empresa; sofreria ainda um rude golpe se o Mar finalmente fosse envolvido pelo discurso do europeísta chamado Velho do Restelo, inquieto com a decisão de lançar o país a longe.

Não apenas os recursos económicos, nem apenas os serviços, mas também a questão da segurança, exigem uma atenta reformulação da atitude portuguesa perante o Mar.

Referiu que podemos, designadamente, ser postos perante o aprofundamento da querela entre o americanismo e o europeísmo, a exigir opções que excedam a capacidade de estar participante nas decisões.

Mas admitindo que o conceito de segurança que vai sendo desenvolvido pela ONU conseguirá ultrapassar as diferenças, o Atlântico Sul faz parte dos desafios que Portugal não pode ignorar, que envolve grande parte dos valores ligados pela lusofonia e, ou decide participar nos centros de decisão, ou as decisões virão ao encontro de um país a tender para Estado exíguo.

CADERNOS NAVAIS

Volumes Publicados

1. *A Marinha e a Revolução nos Assuntos Militares*,
V.Alm. António Emílio Sacchetti.
2. *Papel das Marinhas no Âmbito da Política Externa dos Estados*,
C.Alm. Victor Manuel Lopo Cajarabille
3. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*,
V.Alm. António Emílio Sacchetti
e C.Alm. Victor Manuel Lopo Cajarabille
4. *O Contexto do Direito do Mar e a Prática da Autoridade Marítima*,
Dr. Luís da Costa Diogo
5. *Considerações sobre o Sistema de Forças Nacional*,
V.Alm. Alexandre Reis Rodrigues
6. *Portugal e a sua Circunstância*,
Prof. Doutor Adriano Moreira, V.Alm. António Emílio Sacchetti, Dr. João Soares Salgueiro, Prof.^a Doutora Maria do Céu Pinto, Prof.^a Doutora Maria Regina Flor e Almeida
7. *O Poder Naval Missões e Meios*,
CMG Carlos Nélson Lopes da Costa
8. *Sobre o Vínculo do Militar ao Estado-Nação. Breve Abordagem Filosófico-Estatutária*,
TEN Carla Pica
9. *Portugal e os EUA nas Duas Guerras Mundiais: a Procura do Plano Bi-Lateral*,
Dr. José Medeiros Ferreira
10. *A Estratégia Naval Portuguesa*,
V.Alm. António Emílio Sacchetti, Prof. Doutor António José Telo, V.Alm. Magalhães Queiroz, Alm. Vieira Matias, C.Alm. Lopo Cajarabille, CMG Marques Antunes, Dr. Nuno Rogeiro, V.Alm. Ferreira Barbosa, Dr. Tiago Pitta e Cunha, V.Alm. Reis Rodrigues, C.Alm. Melo Gomes, V.Alm. Alexandre Silva Fonseca, V.Alm. Pires Neves, V.Alm. Rebelo Duarte

11. *O Direito Humanitário, as Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares,*
CMG José Manuel Silva Carreira
12. *As Forças Armadas e o Terrorismo,*
C.Alm. José Augusto de Brito
13. *O Mar: Um Oceano de Oportunidades para Portugal,*
Alm. Vieira Matias